

Relatório de Gestão Exercício de 2004

Relatório de Gestão 2004

(Prestação de Contas do Exercício)

Sumário

1. Gestão Operacional e Finalística	4
1.1. Competências Regimentais – Missão Institucional	4
1.2. Público Alvo.	5
1.3. Vinculação com o Plano Plurianual – PPA	7
1.4. Indicadores do Programa de Saúde Suplementar	8
1.5. Comportamento das Metas e Principais Realizações do PPA	9
1.6. Contrato de Gestão Firmado Junto ao Ministério da Saúde	13
1.7. O Contrato de Gestão 2002/2004	14
2. Gestão Orçamentária - Metas Físicas	19
3. Gestão Financeira	24
4. Gestão Patrimonial	28
5. Gestão de Pessoas	28
6. Gestão de Suprimento de Bens e Serviços	46
7. Considerações Finais	55

APRESENTAÇÃO

A Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS apresenta o Relatório de Gestão relativo ao ano de 2004, assinalando os resultados obtidos no cumprimento do Programa de Saúde Suplementar, que integra o Plano Plurianual – PPA 2004-2007, e a observância das diretrizes estratégicas e dos indicadores de desempenho constantes do Contrato de Gestão 2002-2004 firmado com o Ministério da Saúde.

A execução do Programa de Saúde Suplementar contou com seis ações finalísticas. Dessas, três tinham unidades de medida físicas especificadas e foram cumpridas: a ação de Fiscalização e Monitoramento das Operadoras de Planos e Seguros Privados de Assistência à Saúde superou em 47,7% a meta, com crescimento de 21% em relação a 2003, zelando pela manutenção da estabilidade do setor; o número de funcionários treinados e as horas de treinamento na ação Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação superaram as metas em 49% e 67%, respectivamente; e a ação de Implantação de Sistema do Ressarcimento ao SUS, atingiu a meta de 25 sistemas implantados, atendendo à diretriz estratégica de promover a integração do Setor de Saúde Suplementar com o Setor Público de Saúde.

A ação Concessão de Empréstimos para Liquidação de Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde (Lei nº 9.961, de 2000), utilizou R\$2,25 milhões para beneficiar 47 operadoras, número equivalente a 51% do correspondente em 2003. Em Gestão e Administração foram executados 99% da meta estipulada e em Publicidade de Utilidade Pública foram utilizados 13,1% dos recursos previstos para o ano.

Outros indicadores relacionados à execução do Programa de Saúde Suplementar, como a taxa de operadoras fiscalizadas, o grau de proteção dos beneficiários obtidos pelas garantias financeiras e a taxa de registro definitivo de operadoras também apresentaram bons resultados e são discutidos em maiores detalhes neste Relatório.

A ANS cumpriu satisfatoriamente 80% das 15 metas estabelecidas no Contrato de Gestão 2004 para os 3 indicadores de regulação, 7 indicadores operacionais e 5 indicadores de infra-estrutura. Ocorreram no período significativas adesões de beneficiários de planos antigos ao Programa de Incentivo à Adaptação de Contratos e, ao final do ano, 54% dos participantes de planos de saúde já haviam migrado para planos novos, um índice 20% superior à meta para o ano de 2004. Também foi cumprida a meta de implantação de núcleos regionais, com a instalação de núcleos na Bahia, Rio Grande do Sul, Pará e Ceará, ampliando e aprimorando a capacidade de atuação da ANS no território brasileiro. Oitenta e cinco por cento das denúncias recebidas no ano de 2004 foram apuradas ainda dentro do ano, contribuindo para aumentar a confiabilidade na ação da ANS e a sua credibilidade institucional, atendendo a uma das diretrizes estratégicas para a gestão da ANS.

Neste Relatório são também apresentados os resultados relacionados à Gestão Orçamentária, Financeira, Patrimonial e de Pessoas, além da Gestão de Suprimento de Bens e Serviços e os Processos de Controle.

A atuação conjunta e harmônica da ANS com os outros órgãos do Ministério da Saúde e a busca permanente da integração com o Sistema Único de Saúde – SUS têm pautado as ações visando o atendimento às necessidades de saúde da população brasileira.

1. GESTÃO OPERACIONAL E FINALÍSTICA

1.1 Competências Regimentais – Missão Institucional

Criada pela Lei 9.961/00, a ANS é uma autarquia sob regime especial com autonomia financeira, administrativa, patrimonial e de gestão de recursos humanos. Subordinando-se às diretrizes do Conselho de Saúde Suplementar - CONSU, suas ações são norteadas por um Contrato de Gestão, assinado com o Ministério da Saúde.

A ANS tem por finalidade institucional promover a defesa do interesse público na assistência suplementar à saúde, regular as operadoras setoriais, inclusive quanto às suas relações com prestadores e beneficiários e contribuir para o desenvolvimento das ações de saúde no país.

Vinculada ao Ministério da Saúde, a ANS, como Agência Reguladora, incorpora ao processo as vantagens desse novo instrumento de atuação do Estado: maior poder de atuação; autonomia administrativa, financeira e política expressa por uma arrecadação própria; decisões em Diretoria Colegiada, cujos membros têm mandato definido em Lei; e, por último, o poder legal dado às agências reguladoras em relação à efetivação de suas resoluções.

A ANS, em conformidade com seu Regimento Interno, está estruturada em cinco áreas de atuação, a saber:

Diretoria de Normas e Habilitação das Operadoras – DIOPE

Normatiza, registra e monitora as operadoras, inclusive nos processos de intervenção e liquidação. No Contrato de Gestão, essa Diretoria tem responsabilidade por indicadores de desempenho relacionados à indução da sustentabilidade do mercado de saúde suplementar e à elevação da confiabilidade e da credibilidade institucional.

Diretoria de Normas e Habilitação de Produtos – DIPRO

Responsável pela normatização, registro e monitoramento dos produtos, inclusive as autorizações de reajuste de contratos individuais e familiares. No Contrato de Gestão essa Diretoria tem responsabilidade por indicadores de desempenho relacionados à indução da sustentabilidade do mercado de saúde suplementar e à qualificação da saúde suplementar.

Diretoria de Fiscalização – DIFIS

Exerce o controle de todo o processo de fiscalização (econômico-financeiro e médico-assistencial), além do apoio ao consumidor e articulação com os

órgãos de defesa do consumidor. No Contrato de Gestão tem responsabilidade por indicadores de desempenho relacionados à qualificação da saúde suplementar e à garantia da confiabilidade e da credibilidade institucional.

Diretoria de Desenvolvimento Setorial – DIDES

Atua no sistema de ressarcimento ao SUS, sistemas de informática e informações e no desenvolvimento de instrumentos que viabilizem a melhoria da qualidade e o aumento da competitividade no setor de saúde suplementar. No Contrato de Gestão tem responsabilidade por indicadores de desempenho relacionados à integração do setor de saúde suplementar com o setor público de saúde.

Diretoria de Gestão – DIGES

Organiza o sistema de infra-estrutura e suporte da Agência (recursos humanos, financeiros, suprimentos de bens e serviços) e Acompanhamento Institucional. No Contrato de Gestão tem responsabilidade por indicadores relacionados à qualificação da saúde suplementar.

1.2 Público Alvo

A ANS tem como público-alvo direto os beneficiários de planos privados de atenção, as operadoras de saúde suplementar e as prestadoras de serviços de saúde e, indiretamente, toda a população brasileira usuária do Sistema Único de Saúde – SUS.

A ANS vem progressivamente desenvolvendo e aperfeiçoando suas ferramentas de geração e disseminação de informações, a fim de integrá-las aos canais de comunicação com seu público-alvo. Para discussão e validação da regulamentação, utiliza-se dos instrumentos das Câmaras Técnicas, para maior aprofundamento de temas, e das Consultas Públicas, como foro privilegiado de debate. Em 2004, foram contabilizadas 6 consultas públicas, número que permaneceu estável em relação a 2003.

Para dirimir e esclarecer dúvidas específicas ou receber denúncias dos beneficiários existe o Disque ANS – Central de Atendimento 0800, bem como o próprio Portal da ANS na Internet e o correio eletrônico institucional, além dos mecanismos tradicionais: cartas, telefone, fax, atendimento pessoal tanto em sua Sede, como em seus Núcleos de Atendimento Regionais, etc.

O Disque ANS se destacou em 2004. Foram 137.027 beneficiários de planos de saúde atendidos. A quantidade de atendimentos em 2004 quase alcançou as 160.000 demandas dos três anos anteriores (2001-2003) Vale ressaltar que, do total de atendimentos do Disque ANS, 8,24% foram referentes a denúncias de beneficiários.

O quadro abaixo apresenta a relação de temas definida para os atendimentos. Fornece o número de consultas e denúncias relacionadas a cada tema.

Atendimentos			
Relação de Temas	Consultas	Denúncias	Total
Aumento de Mensalidade	34.205	4.707	38.912
Contrato e Regulamento	30.740	1.550	32.290
Operadoras e Planos de Saúde	16.915	484	17.399
Cobertura Assistencial	15.791	1.136	16.927
Rede Prestadora	5.488	2.268	7.756
ANS	6.769	20	6.789
Doença ou Lesão Preexistente	3.008	465	3.473
Carência	3.322	56	3.378
Aposentados, Demitidos e Exonerados	3.136	59	3.195
Mecanismos de Regulação	1.738	260	1.998
Reembolso	1.329	53	1.382
Urgência e Emergência	1.096	139	1.235
Outros	1.150	55	1.205
Internação	536	23	559
Cobertura Geográfica	435	14	449
SUS - Sistema Único de Saúde	78	2	80
TOTAL	125.736	11.291	137.027
PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL	91,76%	8,24%	100,00%

Quadro 1: Informativo da central de atendimento Disque ANS (Período: 01/01/04 a 31/12/04)

Vale ressaltar ainda a existência de área de atendimento telefônico próprio na ANS para as operadoras de planos de saúde suplementar, que recebe uma média mensal de 3.000 demandas.

No que se refere à satisfação do público alvo de beneficiários de planos de saúde, vale destacar que a ANS realizou em 2001, 2002 e 2003, pesquisas de opinião pública, com abrangência nacional, contratadas junto a instituições especializadas, entretanto a pesquisa de 2004 está em fase de conclusão.

As três pesquisas detectaram, dentre outros aspectos, um elevado índice de satisfação dentre aqueles que procuraram a ANS para se informar ou reclamar de seus planos de saúde suplementar. Como o percentual de conhecimento da ANS pelos beneficiários ainda é reduzido, esse índice de satisfação somente poderá ser considerado a partir de uma série histórica, a ser construída a partir das próximas pesquisas de opinião.

1.3 Vinculações com o Plano Plurianual - PPA

O Programa Saúde Suplementar é um programa de natureza finalística e tem como foco implementar a regulamentação e a fiscalização das operadoras de planos de saúde e seus respectivos produtos, visando assegurar aos beneficiários os serviços de saúde suplementar contratados.

O Programa integra o Plano Plurianual - PPA 2004/2007 e tem suas ações voltadas à regulamentação e fiscalização das operadoras de planos e seguros privados de assistência à saúde, em conformidade com a Lei nº 9.656, de 03 de junho de 1998. Inicialmente, foi gerido pelo extinto Departamento de Saúde Suplementar – DESAS, do Ministério da Saúde, tendo suas ações executadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, desde sua criação pela Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, como órgão de regulação, normatização, controle e fiscalização das atividades que garantam a assistência suplementar à saúde.

O desenvolvimento do Programa Saúde Suplementar está, portanto, intrínseca e indissolúvelmente relacionado à criação da ANS, por meio da Lei 9.961/00.

Assim, aos esforços simultâneos de propiciar a estruturação física da ANS, em seus aspectos patrimoniais, orçamentários e financeiros, bem como os de formação e desenvolvimento do quadro de recursos humanos, se soma ainda o desafio de implantar e consolidar a ação finalística do Programa.

Os pontos determinantes da atuação da ANS na execução do Programa de Saúde Suplementar, no período, têm sido de fixar regras estáveis, justas e eficientes para o mercado e construir, democraticamente, com a inserção participativa de diferentes setores da sociedade, um sistema de saúde suplementar, onde prevaleça um mercado profissional, constituído de empresas sólidas e aptas a garantir as condições contratadas pela população segurada.

Para o exercício 2004, o Programa contou com seis ações finalísticas, a saber:

- Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação;
- Concessão de Empréstimos para Liquidação de Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde (Lei nº 9.961, de 2000);
- Fiscalização e Monitoramento das Operadoras de Planos de Saúde;
- Gestão e Administração de Programa;
- Implantação de Sistema de Cobrança do Ressarcimento ao Sistema Único de Saúde;
- Publicidade de Utilidade Pública.

1.4 Indicadores do Programa Saúde Suplementar

Além das ações finalísticas acima apontadas, a execução do Programa de Saúde Suplementar teve diversos indicadores de referência. A tabela a seguir menciona os índices de referência dos indicadores do Programa Saúde Suplementar que tiveram como base o ano de 2003, o resultado do realizado em 2004, a meta definida para 2004 e 2005 e o percentual do realizado em relação à meta definida para 2004.

	2003	2004			2005
		Real	Meta	% Real/Meta	
Coefficiente de denúncias de segurados (1/1.000)	0,31	0,43	ND	ND	ND
Grau de proteção dos beneficiários obtidos pelas garantias financeiras	75,0%	77,0%	77,0%	100,0%	79,0%
Taxa de operadoras fiscalizadas	52,0%	55,0%	55,0%	100,0%	61,0%
Taxa de produtos registrados	0	45	8	562,5%	26
Taxa de registro definitivo de operadoras	0	40,0%	ND	ND	ND

- O coeficiente de denúncias de segurados foi de 0,43/1000 segurados, mantém o crescimento registrado nos últimos anos e parece refletir diretamente a ampliação dos canais de atendimento ao consumidor, principalmente a Central de Atendimento 0800, Disque ANS.

- O Grau de proteção dos beneficiários obtidos pelas garantias financeiras, que indica a porcentagem de operadoras com garantias constituídas para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, atingiu a meta estipulada de 77%, acima do obtido em 2003 (75%).

- A taxa de operadoras fiscalizadas, ou seja, a relação entre o número de operadoras fiscalizadas e o total de operadoras com registro definitivo na ANS, atingiu a meta de 55%, o que representou um ligeiro aumento em relação a 2003 (52%).

- A Taxa de produtos registrados, que indica a migração de registro provisório de produtos para registro definitivo de produtos e reflete o desenvolvimento de ações voltadas à revisão, adequação e aperfeiçoamento da regulamentação

para registro de planos de saúde, correspondeu a 45 produtos com registro definitivo no ano, contra a meta estipulada de 8.

- A Taxa de registro definitivo de operadoras, que indica a implantação da regulamentação vigente sobre a concessão de autorização de funcionamento das operadoras de planos privados de assistência suplementar à saúde, atingiu 40% ao final de 2004.

No que concerne ao indicador relativo às denúncias, o crescimento verificado em 2004 é reflexo direto da estratégia de ampliação dos canais de atendimento ao consumidor, com a inauguração da Central de Atendimento 0800, Disque ANS, que propiciou um grande aumento na quantidade de denúncias recebidas e também a apuração adequada de denúncias, atividade correlacionada à fiscalização de operadoras, a qual inibe práticas em desacordo à legislação de saúde suplementar e, conseqüentemente, o crescimento do número de denúncias recebidas.

Em relação à situação inicialmente planejada para os indicadores, há que se considerar que a regulação em saúde suplementar se constitui em uma área de atuação governamental nova, cujo marco legal é constituído pelo conjunto formado pela Lei nº 9.656/98 e suas alterações, especialmente a MP nº 2.177-44, de agosto de 2001, o qual entrou em vigor efetivamente a partir de janeiro de 1999.

Assim, tendo em vista a falta de estudos técnicos prévios suficientes por ocasião do desenho inicial do Programa Saúde Suplementar, pode-se considerar que os indicadores apresentaram evolução dentro do esperado.

1.5 Comportamento de Metas e Principais Realizações do PPA

Na execução do Programa de Saúde Suplementar, que tem suas ações voltadas à regulamentação e fiscalização das operadoras de planos e seguros privados de assistência à saúde, a ANS contou com seis ações finalísticas. A tabela abaixo apresenta as respectivas ações no ano de 2004, o realizado no período, a meta anual e o percentual do que foi realizado em relação à meta definida para 2004.

Ações Finalísticas do Plano Plurianual - PPA 2004			
	2004		
	Real	Meta	% Real/Meta
– Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.	673	450	149,6%
– Fiscalização e Monitoramento das Operadoras de Planos e Seguros Privados de assistência à Saúde;	14.623	9.900	147,7%
– Implantação de Sistema de Cobrança do Ressarcimento ao Sistema Único de Saúde	25	25	100,0%
– Concessão de Empréstimos para Liquidação de Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde (Lei nº 9.961, de 2000)	Sem unidade de medida física		
– Gestão e Administração de Programa	Sem unidade de medida física		
– Publicidade de Utilidade Pública	Sem unidade de medida física		

As unidades de medida físicas citadas na tabela acima estão claramente especificadas para cada ação a seguir:

1.5.1. Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

A ação de Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação tem como finalidade promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional por meio da realização de diversas medidas voltadas ao treinamento de servidores, tais como: custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação do pessoal.

O Programa Anual de Capacitação (PAC) da ANS realizou 99 eventos de capacitação em 2004, sendo 18 cursos corporativos e 81 ações de capacitação específicas, nos quais foram treinados 673 funcionários (49% acima da meta) e ministradas 18.029 horas de treinamento (67% acima da meta).

Foram realizados 18 cursos corporativos para o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes de interesse interdepartamentais com enfoque em: informação em saúde, epidemiologia, ativos financeiros e ativos garantidores, estatística, atuária, execução financeira, estrutura e tratamento

de processos administrativos, licitação e contratos, gestão de contratos e sistemas de protocolo e arquivo.

Foram realizadas 81 ações de capacitação para o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas a processos de trabalhos específicos com enfoque em: direito civil, direito tributário, direito empresarial, direito administrativo, direito constitucional, análise e melhoria de processos, gestão e auditoria em planos de saúde, auditoria e análise de contas médico - hospitalares, análise econômica e financeira, demonstrações contábeis, processo administrativo disciplinar, comunicação pública, gestão documental, legislação de pessoal, inteligência organizacional, parcerias público-privadas.

Portanto, o indicador Capacitação do quadro de pessoal obteve a certificação de meta cumprida.

1.5.2 Concessão de Empréstimos para Liquidação de Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde (Lei nº 9.961, de 2000)

Essa ação refere-se ao adiantamento de recursos a Operadoras em regime de Liquidação Extrajudicial. Os valores são repassados para a massa liquidanda, sob a responsabilidade do liquidante designado pela ANS, e se destinam ao custeio de despesas inerentes ao processo de liquidação, tais como: honorários do liquidante, recolhimento de INSS Patronal, recolhimento de CPMF e demais tributos, publicação de editais, dentre outras.

Até dezembro de 2004 foram beneficiadas 47 operadoras, número inferior ao que foi registrado em 2003, de 92 operadoras. Estas operadoras receberam recursos da ordem de R\$ 3.520.804,15 em 2003, e de R\$ 2.245.460,86 em 2004, demonstrando uma queda de 36%. Os recursos utilizados em 2004 são referentes a (56,1%) de uma previsão de concessões de R\$ 4 milhões.

Dos recursos recebidos, R\$ 2.554.307,65 foram para pagamento de remuneração de Diretor Fiscal e R\$ 966.496,50 para as demais finalidades em 2003. Já em 2004, R\$ 1.982.803,61 foram para pagamento de remuneração de Diretor Fiscal e R\$ 262.657,25 para as demais finalidades em 2004.

1.5.3 Fiscalização e Monitoramento das Operadoras de Planos de Saúde

Outra importante ação do Programa Saúde Suplementar, a fiscalização das operadoras de saúde suplementar contempla dois importantes projetos, denominados respectivamente "Cidadania Ativa" e "Olho Vivo". É importante ressaltar que estes programas não restringem a ação de fiscalização apenas a uma dimensão punitiva, mas a projeta também como instrumento de importante transformação de comportamento dos agentes desse mercado, contribuindo para estabelecer um novo padrão de conduta para as operadoras, tanto no que diz respeito a uma maior aderência às normas, quanto às práticas que respeitem o consumidor.

Como resultado de ambos os projetos, a ANS realizou, no exercício de 2004, 14.623 ações de fiscalizações. Das fiscalizações efetuadas, 14162 referem-se

a fiscalizações reativas geradas a partir de 16619 denúncias recebidas, em sua maioria por meio do Disque ANS - Central 0800 de Atendimento ao Consumidor.

Em relação a 2003, houve um aumento de 21% das ações de fiscalização. Do mesmo modo, as fiscalizações reativas tiveram um acréscimo de 26% e as denúncias recebidas de 35%.

Merecem especial destaque as fiscalizações pró-ativas, realizadas no âmbito do projeto "Olho Vivo", que totalizaram, em 2004, 207 ações, com o decréscimo de aproximadamente 20,4 % em relação a 2003. Vale destacar que esse novo projeto compreende um modelo inovador da ação fiscalizadora, pois é uma fiscalização planejada e realizada de forma continuada, com o objetivo de verificar o equilíbrio econômico-financeiro, a conformidade legal e o padrão de qualidade dos serviços oferecidos pelas operadoras. A própria denominação do projeto visa traduzir a idéia de vigilância constante e ampla do funcionamento dessas empresas, tendo sido pensado para exercer uma função preventiva e pedagógica, onde se espera, como resultado, a mudança geral de conduta das operadoras, em face da maior nitidez e amplitude de suas responsabilidades.

O acompanhamento da situação econômico-financeira das operadoras, viabilizada pela regulamentação complementar formulada pela ANS, bem como as ações de fiscalização, revelaram graves problemas de natureza econômico-financeira e assistencial que enfrentavam algumas operadoras. O desequilíbrio econômico e a descompostura administrativa têm sido alvo da ação da Agência, que desde o final do ano 2000 – quando as regras para intervenção já estavam definidas – realizou 210 ações de intervenção no mercado, a maioria (87,7%) nos anos 2002-2003. Dos 155 regimes de direção fiscal ou técnica no período 2000-2004, 61 foram decretados nos dois últimos anos. No ano de 2004, foram realizadas 13 liquidações extrajudiciais e 20 instalações de Direção Fiscal.

Vale destacar, que no caso das liquidações extrajudiciais decretadas, a ANS orientou a absorção da carteira pelo mercado, a fim de evitar prejuízo à continuidade da assistência aos beneficiários afetados.

1.5.4 Gestão e Administração de Programa

O objetivo desta ação é construir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que tem por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação

de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Foram executados R\$ 60,1 milhões (99%) de uma meta de R\$ 60,8 milhões.

1.5.5 Aperfeiçoamento de Sistema de Cobrança do Ressarcimento ao Sistema Único de Saúde

O ressarcimento visa reembolsar o Sistema Único de Saúde (SUS) pelos serviços prestados aos beneficiários de plano de saúde. Para dar uma maior efetividade à ação é necessário desenvolver um sistema de cobrança adequado, o que inclui o desenvolvimento de instrumentos normativos necessários e um sistema informatizado para cobrança dos serviços prestados pelo SUS aos beneficiários de planos privados de saúde, bem como implementação de um ambiente único para todo fluxo de dados enviados pelas operadoras de planos e seguros privados de assistência suplementar à saúde.

A finalidade desta ação é aperfeiçoar o sistema de ressarcimento dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) aos beneficiários de operadoras de planos de saúde e facilitar o fluxo de dados enviados à ANS pelas referidas operadoras.

A ação de Implantação de Sistema do Ressarcimento alcançou um quantitativo de 25 sistemas implantados para uma meta física estabelecida de 25.

Dois indicadores de desempenho relacionados ao ressarcimento, constantes do Contrato de Gestão 2002-2004, o Grau de Ressarcimento ao SUS I (relação entre as quantidades de Avisos de Beneficiários Identificados – ABIs recebidos e cobrados) e Grau de Ressarcimento ao SUS II (relação entre as quantidades de ABIs analisados e identificados), tiveram suas metas cumpridas e no ano de 2004, permitindo à ANS atender à diretriz estratégica de promover a integração do Setor de Saúde Suplementar com o Setor Público de Saúde.

1.5.6 Publicidade de Utilidade Pública

A finalidade desta ação é informar, orientar, avisar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população visando conscientizá-los sobre seus direitos assegurados na legislação e na adoção de comportamentos que lhe tragam benefícios sociais reais, visando melhorar a sua qualidade de vida. A ação será executada por meio de realização de pesquisas de opinião, campanhas e ações publicitárias de interesse do Governo que serão veiculadas aos beneficiários de operadoras de planos e seguros privados de assistência à saúde. Foram utilizados R\$236 mil (13,1%) para uma estimativa de R\$1,8 milhão.

1.6 Contrato de Gestão Firmado com o Ministério da Saúde

A Lei nº 9.961, de criação da ANS, determina, em seu artigo nº 14, que sua administração seja regida por Contrato de Gestão, a ser firmado com o Ministério da Saúde, após aprovação do Conselho de Saúde Suplementar – CONSU, devendo o referido contrato estabelecer os parâmetros para sua administração interna, bem como os indicadores que permitam avaliar, objetivamente, a sua atuação administrativa e o seu desempenho, assim como também o de seu administradores.

Por suas características específicas, o Contrato de Gestão da ANS é muito mais abrangente que o Programa Saúde Suplementar, desenvolvido no âmbito do Programa Plurianual e, portanto, diferentemente da maioria dos demais órgãos federais, um mecanismo mais eficaz do acompanhamento de sua gestão.

A Agência celebrou, desde sua criação, dois Contratos de Gestão com o Ministério da Saúde, a saber: Contrato de Gestão 2000/2001 e Contrato de Gestão 2002/2004.

O Contrato de Gestão 2000/2001 caracterizou-se pela diversidade e complexidade de suas Ações Prioritárias e pela pluralidade de suas respectivas metas. A ANS recebeu a certificação de cumprimento satisfatório de seu primeiro Contrato de Gestão executando um percentual médio de 90% das metas pactuadas.

O Contrato de Gestão 2002/2004, com período de vigência de 01/01/2002 a 31/12/2004 foi firmado entre o Ministério da Saúde e a Agência Nacional de Saúde Suplementar, em 10/04/2002 e aprovado pelo Conselho de Saúde Suplementar – CONSU, conforme a Resolução nº 2, de 2 de abril de 2002.

O Contrato de Gestão 2002/2004 tem por objeto a pactuação de resultados com a finalidade de permitir a avaliação objetiva do desempenho da ANS, mediante o estabelecimento de diretrizes estratégicas, ações e indicadores constantes de seus Anexos, possuindo dois Anexos: o Anexo I, que contém as Diretrizes Estratégicas para a Gestão no triênio; e o Anexo II, que relaciona os Indicadores de Desempenho e suas respectivas metas no período.

1.7 O Contrato de Gestão 2002/2004

Os indicadores de desempenho institucional da ANS selecionados para a avaliação de sua gestão no triênio 2002-2004, estão referenciados às diretrizes estratégicas de gestão estabelecidas no anexo I do Contrato e alinhados aos objetivos estratégicos da organização. Adicionalmente, para a escolha deste leque de indicadores privilegiou-se, dentre os mais representativos padrões de desempenho de eficiência, eficácia e efetividade, aqueles que melhor se identificassem, tanto com o estágio de evolução da regulamentação do setor, que atualmente permite a responsabilização das operadoras em relação à qualidade dos contratos, à seleção do risco e à adequação da administração financeira, quanto com a consolidação da estrutura de seu órgão regulador.

O pressuposto básico que norteou o estabelecimento das metas para o triênio foi a definição de valores, que embora desafiadores, fossem realistas e exeqüíveis, em face da capacidade operacional existente e da disponibilidade de recursos previstos.

Em 11/12/2003, foi assinado Termo de Aditamento para a incorporação das seguintes modificações ao instrumento contratual: prorrogação do prazo de vigência até 31/12/2004 e alteração do Anexo “Indicadores de Desempenho e respectivas Metas”, com a repactuação das metas ao novo prazo e exclusão do indicador destinado à constituição do quadro permanente de recursos humanos da ANS.

O leque de indicadores de desempenho do Contrato de Gestão 2002/2004 contou com 15 indicadores de desempenho ativos no ciclo anual de 2004 que podem ser agrupados em três blocos, a saber: indicadores de regulação, indicadores operacionais e indicadores de infraestrutura.

Os indicadores de regulação são aqueles vinculados à consolidação do modelo de regulação do setor de assistência suplementar à saúde, os indicadores operacionais estão direcionados ao controle do cumprimento da regulamentação e os indicadores de infra-estrutura são os responsáveis pela consolidação da estruturação do órgão regulador.

Os indicadores de desempenho de 2004 estão destacados por bloco a seguir:

BLOCO 1 – INDICADORES DE REGULAÇÃO

- Taxa anual de migração de planos antigos para planos novos
- Taxa de migração de registro provisório de produtos para registro definitivo
- % de operadoras com registro definitivo

BLOCO 2 – INDICADORES OPERACIONAIS

- % de acompanhamentos derivados de análise técnica, por segmento
- % de operadoras com garantias financeiras constituídas
- % de operadoras adotando contabilidade padrão
- Número de fiscalizações pró-ativas
- Grau de apuração de denúncias
- Grau de ressarcimento ao SUS I
- Grau de ressarcimento ao SUS II

BLOCO 3 – INDICADORES DE INFRA-ESTRUTURA

- Implantação de núcleos regionais;
- Capacitação do quadro de pessoal^{1[1]}
- Número de seminários, palestras e publicações voltadas à produção e difusão do conhecimento em saúde suplementar;
- Imagem da ANS;

- Grau de conhecimento dos beneficiários sobre seus direitos básicos / Grau de satisfação do beneficiário com serviço prestado pelas operadoras

A avaliação mensal de 2004 da execução dos indicadores (Quadro II) aponta para um resultado positivo. De acordo com a Sistemática de Acompanhamento e Avaliação do Desempenho da ANS, dos quinze indicadores que tinham metas estabelecidas para o ano de 2004, 3 indicadores superaram a meta anual; 3 indicadores atingiram a meta anual; 6 indicadores superaram o índice de execução certificador de cumprimento; e 3 indicadores não cumpriram a meta anual. O Contrato de Gestão 2002/2004 obteve índice médio de execução de 80% em 2004, resultado que lhe confere a certificação de **CUMPRIMENTO SATISFATÓRIO**, por superar o índice certificador de cumprimento em 7%.

O resumo do balanço da execução anual dos indicadores do Contrato de Gestão 2002/2004 aponta que, para os indicadores taxa anual de migração de planos antigos para planos novos, capacitação do quadro de pessoal e número de seminários, palestras e publicações voltadas à produção e difusão do conhecimento em saúde suplementar, a meta anual foi superada; para os indicadores implantação de núcleos regionais, imagem da ANS e grau de conhecimento dos beneficiários sobre seus direitos básicos / grau de satisfação do beneficiário com serviço prestado pelas operadoras, a meta anual foi alcançada; para os indicadores % de acompanhamento derivados de análise técnica por segmento de operadoras, % de operadoras adotando contabilidade padrão, número de fiscalizações pró-ativas, grau de apuração de denúncias, grau de ressarcimento ao SUS I, grau de ressarcimento ao SUS II, a meta anual foi superada em relação ao índice de execução certificador de cumprimento; e para os demais indicadores, a meta anual não foi cumprida.

No âmbito interno, o acompanhamento dos indicadores de desempenho do Contrato de Gestão 2002/2004 da ANS compreende a coleta de um conjunto de informações específicas, que são analisadas, consolidadas e, posteriormente, incorporadas ao Banco de Dados dos Indicadores de Desempenho do Contrato de Gestão. A atualização das informações formaliza-se a partir do preenchimento mensal de formulários específicos padronizados. O processo de acompanhamento gera, periodicamente, Relatórios de Execução dos Indicadores de Desempenho, sendo 5 relatórios parciais e 1 relatório final.

Os relatórios de execução devem ser submetidos a uma comissão interministerial responsável pelo acompanhamento e avaliação do Contrato de Gestão 2002/2004 da ANS, a Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Desempenho da ANS, designada pela Portaria nº 2007, de 30 de outubro de 2002, do Gabinete do Ministro da Saúde, publicada no DOU nº 212, de 31 de outubro de 2002.

No âmbito externo, o acompanhamento e a avaliação dos indicadores de desempenho do Contrato de Gestão 2002/2004 da ANS devem ser baseados em metodologia, parâmetros e procedimentos estabelecidos na Sistemática de

Acompanhamento e Avaliação do Desempenho da ANS, aprovada no Anexo da Portaria conjunta nº 6, de 23 de outubro de 2002 e publicada no DOU nº 208, de 25 de outubro de 2002.

São apresentados nas próximas páginas dois quadros, sendo que o Quadro I, na próxima página, retrata os indicadores de desempenho do Contrato de Gestão 2002/2004 e suas respectivas metas e, a seguir, o Quadro II trata da evolução da execução dos indicadores de desempenho do Contrato de Gestão 2002/2004, no ano de 2004.

CONTRATO DE GESTÃO 2002/2004
QUADRO I - INDICADORES DE DESEMPENHO, FORMA DE APURAÇÃO E METAS ANUAIS PARA 2004

INDICADORES DE DESEMPENHO			
TIPO	DENOMINAÇÃO	FORMA DE APURAÇÃO	META ANUAL
INDICADORES DE REGULAÇÃO	TAXA ANUAL DE MIGRAÇÃO DE PLANOS ANTIGOS PARA PLANOS NOVOS	$\frac{\text{NÚMERO DE PARTICIPANTES DE PLANOS NOVOS}}{\text{TOTAL DE PARTICIPANTES DE PLANOS}} \times 100$	45%
	TAXA DE MIGRAÇÃO DE REGISTRO PROVISÓRIO DE PRODUTOS PARA REGISTRO DEFINITIVO DE PRODUTOS	$\frac{\text{NÚMERO DE REGISTROS DEFINITIVOS}}{\text{TOTAL DE REGISTROS PROVISÓRIOS}} \times 100$	50%
	% DE OPERADORAS COM REGISTRO DEFINITIVO	$\frac{\text{NÚMERO DE REGISTROS DEFINITIVOS}}{\text{TOTAL DE REGISTROS PROVISÓRIOS}} \times 100$	50%
INDICADORES OPERACIONAIS	% DE ACOMPANHAMENTOS DERIVADOS DE ANÁLISE TÉCNICA	$\frac{\text{NÚMERO DE OPERADORAS ACOMPANHADAS}}{100} \times 100$ TOTAL DE OPERADORAS	100%
	NÚMERO DE FISCALIZAÇÕES PRÓ-ATIVAS	NÚMERO DE FISCALIZAÇÕES PRÓ-ATIVAS REALIZADAS	250
	GRAU DE APURAÇÃO DE DENÚNCIAS	$\frac{\text{DENÚNCIAS APURADAS}}{\text{TOTAL DE DENÚNCIAS FORMALIZADAS}} \times 100$	100%
	% DE OPERADORAS COM GARANTIAS FINANCEIRAS CONSTITUÍDAS	$\frac{\text{NÚMERO DE OPERADORAS COM GARANTIAS FINANCEIRAS}}{\text{TOTAL DE OPERADORAS}} \times 100$	80%
	% DE OPERADORAS ADOTANDO CONTABILIDADE PADRÃO	$\frac{\text{NÚMERO DE OPERADORAS ADOTANDO CONTABILIDADE PADRÃO}}{\text{TOTAL DE OPERADORAS}} \times 100$	90%
	GRAU DE RESSARCIMENTO I	$\frac{\text{AVISOS DE BENEFICIÁRIOS IDENTIFICADOS (ABIs) RECEBIDOS}}{\text{AVISOS DE BENEFICIÁRIOS IDENTIFICADOS (ABIs) COBRADOS}} \times 100$	40%
	GRAU DE RESSARCIMENTO II	$\frac{\text{AVISOS DE BENEFICIÁRIOS IDENTIFICADOS (ABIs) ANALISADOS}}{\text{AVISOS DE BENEFICIÁRIOS IDENTIFICADOS (ABIs) IDENTIFICADOS}} \times 100$	80%
INDICADORES DE INFRA-ESTRUTURA	IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEOS REGIONAIS	NÚMERO DE NÚCLEOS COM CAPACIDADE INSTALADA PARA ATENDIMENTO E FISCALIZAÇÃO	4
	CAPACITAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL	$\frac{\text{NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS TREINADOS POR PERÍODO}}{\text{NÚMERO DE HORAS DE TREINAMENTO POR PERÍODO}}$	450 10.800
	PRODUÇÃO E DIFUSÃO DO CONHECIMENTO EM SAÚDE SUPLEMENTAR	NÚMERO DE SEMINÁRIOS, PALESTRAS E PUBLICAÇÕES REALIZADAS NO PERÍODO	30
	IMAGEM DA ANS JUNTO AOS BENEFICIÁRIOS, OPERADORAS E PRESTADORES	LEVANTAMENTO DE OPINIÃO	1
	SATISFAÇÃO DO BENEFICIÁRIO COM OS SERVIÇOS PRESTADOS PELAS OPERADORAS	LEVANTAMENTO DE OPINIÃO GRAU DE CONHECIMENTO DOS BENEFICIÁRIOS SOBRE SEUS DIREITOS BÁSICOS/ GRAU DE SATISFAÇÃO DO BENEFICIÁRIO COM SERVIÇOS PRESTADOS PELAS OPERADORAS	1

NOTA: PACTUAÇÃO FIRMADA EM 11/12/2003 (2º TERMO ADITIVO)

QUADRO II - EXECUÇÃO MENSAL ACUMULADA DOS INDICADORES DE DESEMPENHO DO CONTRATO DE GESTÃO 2002/2004

INDICADOR DE DESEMPENHO		MEDIDA	REALIZADO EM 2004												META ANUAL 2004 ⁽¹⁾	SITUAÇÃO DE CUMPRIMENTO ²	ÍNDICE DE CERTIFICAÇÃO ³
			JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ			
CONSOLIDAÇÃO DO MODELO DE REGULACÃO	TAXA ANUAL DE MIGRAÇÃO DE PLANOS ANTIGOS PARA PLANOS NOVOS	%	42	42	44	43	44	46	47	51	52	52	53	54	45	CUMPRIDA ⁺	32
	TAXA MIGRAÇÃO DE REGISTRO PROVISÓRIO DE PRODUTOS PARA REGISTRO DEFINITIVO	%	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	50	NÃO CUMPRIDA	36
	% DE OPERADORAS COM REGISTRO DEFINITIVO	%	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	50	NÃO CUMPRIDA	36
MONITORAMENTO DO CUMPRIMENTO DA REGULAMENTAÇÃO	% DE ACOMPANHAMENTOS DERIVADOS DE ANÁLISE TÉCNICA POR SEGMENTO DE OPERADORAS	%	75	74	75	75	75	75	76	76	76	76	76	76	100	CUMPRIDA ⁻	71
	% DE OPERADORAS COM GARANTIAS FINANCEIRAS CONSTITUÍDAS	%	43	46	46	47	47	48	48	48	48	48	50	50	80	NÃO CUMPRIDA	57
	% DE OPERADORAS ADOTANDO CONTABILIDADE PADRÃO	%	77	78	78	78	78	78	79	79	79	79	79	80	90	CUMPRIDA ⁻	64
	Nº DE FISCALIZAÇÕES PRÓ-ATIVAS	UNIDADE	5	14	25	53	85	132	145	185	189	194	207	207	250	CUMPRIDA ⁻	178
	GRAU DE APURAÇÃO DE DENÚNCIAS ⁽⁴⁾	%	50	52	58	67	73	77	69	65	68	77	81	85	100	CUMPRIDA ⁻	71
	GRAU DE RESSARCIMENTO AO SUS I	%	28	28	28	28	29	29	28	29	30	30	30	30	40	CUMPRIDA ⁻	28
	GRAU DE RESSARCIMENTO AO SUS II	%	81	75	75	77	73	74	70	70	72	72	75	70	80	CUMPRIDA ⁻	57
CONSOLIDAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DO ÓRGÃO REGULADOR	IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEOS REGIONAIS	UNIDADE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	4	CUMPRIDA	3
	CAPACITAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL																
	NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS TRENADOS	UNIDADE	0	60	71	96	109	167	256	346	503	564	659	673	450	CUMPRIDA ⁺	320
	NÚMERO DE HORAS DE TREINAMENTO	HORAS	0	1176	1300	2124	2377	3355	6137	8834	14218	16262	17865	18029	10800		7679
	Nº DE SEMINÁRIOS, PALESTRAS E PUBLICAÇÕES VOLTADAS À PRODUÇÃO E DIFUSÃO DO CONHECIMENTO EM SAÚDE SUPLEMENTAR	UNIDADE	0	8	22	30	45	55	73	93	113	120	148	154	30	CUMPRIDA ⁺	21
IMAGEM DA ANS (LEVANTAMENTO DE OPINIÃO)	UNIDADE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1 ⁽⁵⁾	1	CUMPRIDA	1	
GRAU CONHECIMENTO BENEFICIÁRIOS DIREITOS BÁSICOS/GRAU DE SATISFAÇÃO BENEFICIÁRIO C/ SERVIÇO PRESTADO OPERADORAS (LEVANTAMENTO DE OPINIÃO)	UNIDADE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1 ⁽⁵⁾	1	CUMPRIDA	1	
% DE EXECUÇÃO CONTRATUAL NO ANO DE 2004			33	33	40	40	47	47	47	47	47	53	60	80	100	CUMPRIDA ⁻	75

NOTAS: (1) METAS REPACTUADAS A PARTIR DE 11/12/2003 CONFORME DISPOSTO NO ANEXO "INDICADORES DE DESEMPENHO E RESPECTIVAS METAS" DO 2º TERMO DE ADITAMENTO AO CG 2002/2004)

(2) SITUAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE META: NÃO CUMPRIDA, ÍNDICE REALIZADO É INFERIOR AO ÍNDICE CERTIFICADOR DE CUMPRIMENTO, CUMPRIDA ⁻, ÍNDICE REALIZADO É INFERIOR À META ANUAL MAS SUPERIOR AO ÍNDICE CERTIFICADOR DE CUMPRIMENTO; CUMPRIDA, ÍNDICE REALIZADO É IGUAL À META ANUAL E CUMPRIDA ⁺, ÍNDICE REALIZADO É SUPERIOR À META ANUAL.

(3) ÍNDICE CERTIFICADOR DE CUMPRIMENTO DE META ANUAL CALCULADO CONFORME O ARTIGO 11 DA SISTEMÁTICA DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DA ANS (ANEXO DA PORTARIA CONJUNTA ANS/MS Nº 6, DE 23/10/2002)

(4) O GRAU DE APURAÇÃO DE DENÚNCIAS É CALCULADO COM BASE NO FLUXO DE ENTRADA E SAÍDA MENSAL DE DENÚNCIAS NO ANO CALENDÁRIO

(5) CONSIDEROU-SE A META CUMPRIDA POIS A LICITAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DA EMPRESA DE PESQUISA DE OPINIÃO ESTÁ EM FASE DE CONCLUSÃO

(6) % DE EXECUÇÃO DO CG 2002/2004 NO ANO DE 2004 É O RESULTADO DO QUOCIENTE ENTRE O TOTAL DE INDICADORES COM META CUMPRIDA NO ANO DE 2004 PELO TOTAL DE INDICADORES COM META ESTABELECIDADA PARA O ANO DE 2004 MULTIPLICADO POR 100

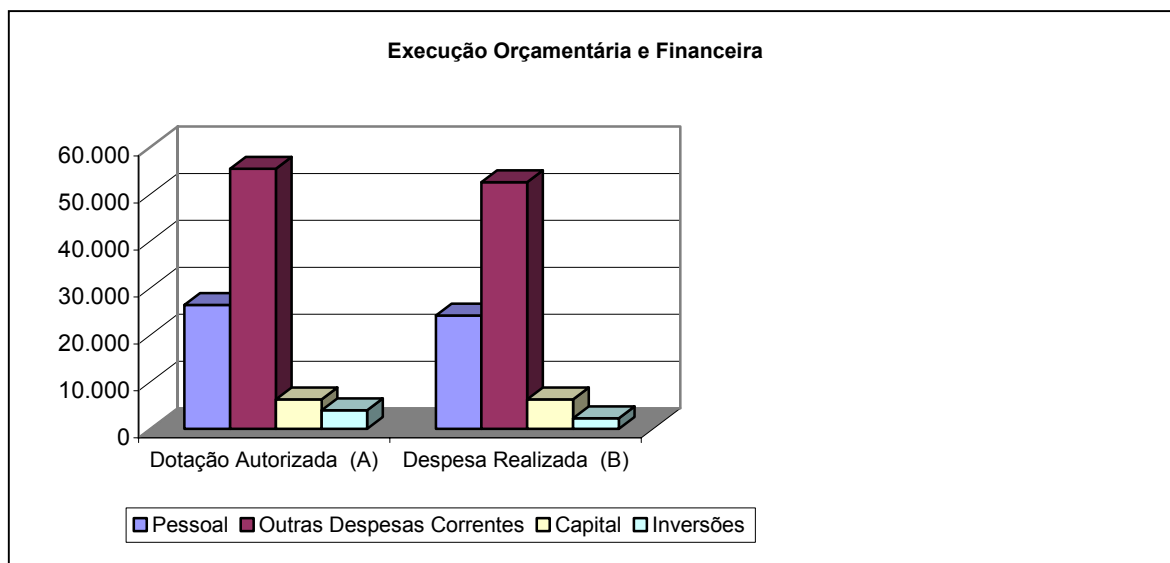
2. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA - Metas Físicas

2.1 Detalhamento Orçamentário.

A Lei nº 10.837 de 16 de janeiro de 2004 (Lei Orçamentária Anual-LOA), consignou a ANS R\$ 84,9 milhões. Para garantir o cumprimento das metas foi solicitado crédito suplementar de R\$ 4,3 milhões para investimentos e R\$ 2,9 milhões para pessoal e encargos sociais, perfazendo o montante de R\$ 92,1 milhões, dos quais R\$ 26,4 milhões foram alocados para despesas com pessoal e encargos sociais, R\$ 55,4 milhões com outras despesas correntes; R\$ 6,3 milhões com capital e R\$ 4,0 milhões com inversões financeiras.

Comparativo de Execução da Despesa por Grupo de Despesa			
Grupo de Despesa	Dotação Autorizada (A)	Despesa Realizada + Destaque (B)	Execução (B / A)
Pessoal	26.428.185	26.428.185	100,0%
Despesas Correntes	55.386.000	52.514.113	94,8%
Capital	6.305.000	6.304.581	100,0%
Inversões	4.000.000	2.245.461	56,1%
Total	92.119.185	87.492.340	95,0%

Fonte: SIAFI 2004



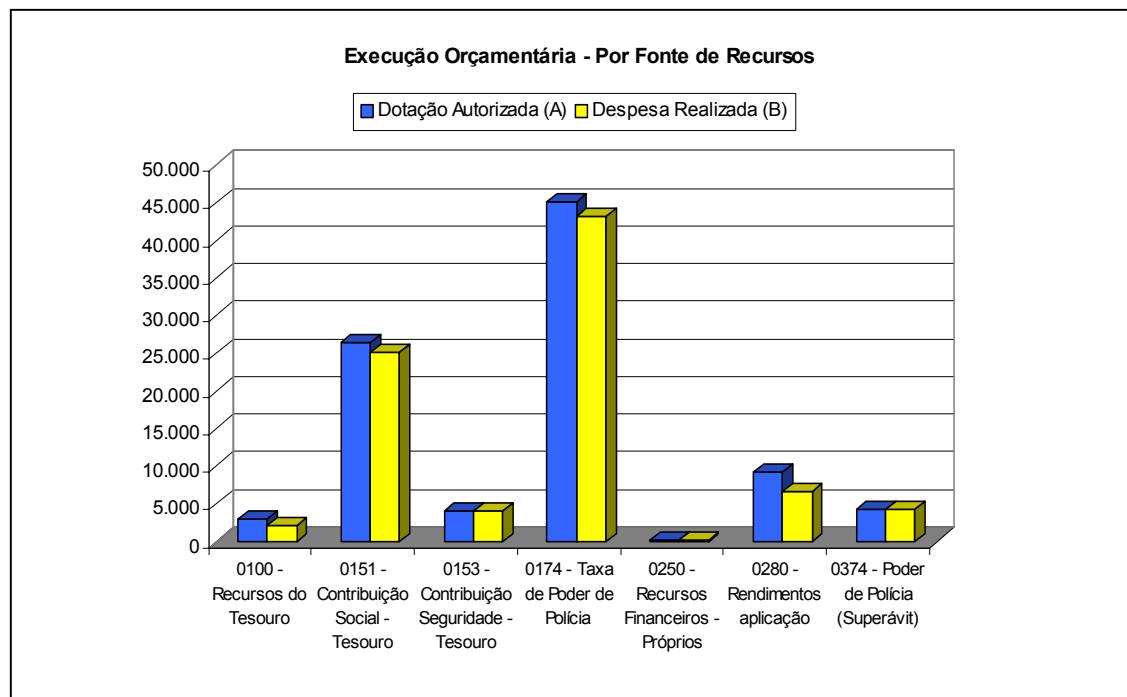
2.2 Execução Orçamentária e Financeira – Por Categoria Econômica.

A ANS executou 93,58% do orçamento aprovado, sendo que 29% em Pessoal e Encargos Sociais, 60% em Outras despesas Correntes, 7% em Investimentos e 4% em Inversões Financeiras.

	Fonte Recursos	Dotação Autorizada (A)	Despesa Realizada (B)	Execução (B/A)
a)	0100 - Recursos do Tesouro	2.895.000	2.147.452	74,18%
b)	0151 - Contribuição Social - Tesouro	26.371.430	25.071.374	95,07%
c)	0153 - Contribuição Seguridade - Tesouro	4.000.000	4.000.000	100,00%
d)	0174 - Taxa de Poder de Polícia	45.041.604	43.247.865	96,02%
e)	0250 - Recursos Financeiros - Próprios	241.680	231.451	95,77%
f)	0280 - Rendimentos aplicação	9.249.471	6.677.043	72,19%
g)	0374 - Poder de Polícia (Superávit)	4.320.000	4.320.000	100,00%
	Total	92.119.185	85.695.185	93,03%

Fonte SIAFI 2004

- a) Despesas com pessoal
- b) Despesas com custeio do tesouro nacional
- c) Despesas com pessoal inativo e pensionistas
- d) Arrecadação da taxa de saúde suplementar
- e) Recursos próprios
- f) Rendimentos de aplicação
- g) Crédito Suplementar (Superávit)

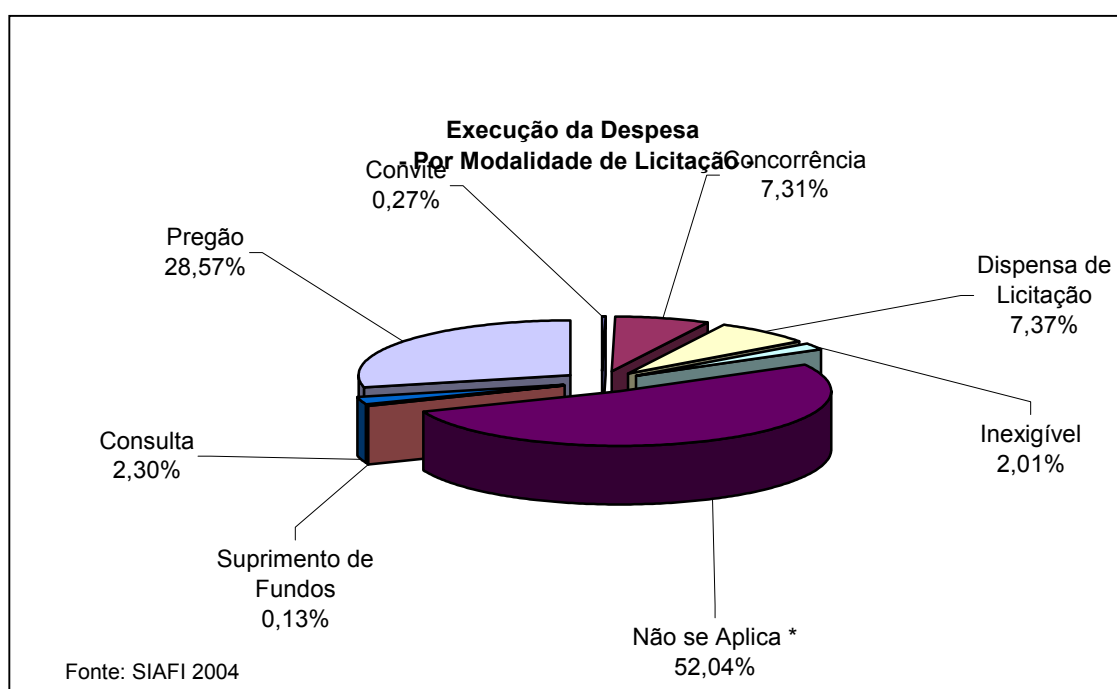


Execução - por Modalidade de Licitação:

A ANS Executou 52,0% na modalidade Não se Aplica (Pessoal e Encargos Sociais, Convênios), 28,5% na modalidade Pregão e 7,3% na modalidade Dispensa de Licitação

Comparativo de Execução da Despesa por Modalidade de Licitação		
Modalidade de Licitação	Valor	%
Convite	232.289	0,27%
Concorrência	6.394.401	7,31%
Dispensa de Licitação	6.450.906	7,37%
Inexigível	1.762.352	2,01%
Não se Aplica *	45.532.022	52,04%
Suprimento de Fundos	110.621	0,13%
Consulta	2.013.828	2,30%
Pregão	24.995.919	28,57%
Total	87.492.340	100,00%

* Despesas com pessoal e encargos sociais, Convênios e Destaque
Fonte : SIAFI 2004



Execução Orçamentária e Financeira – Exercício de 2004

Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira Dezembro de 2004				
PROJETO/ATIVIDADE	Orçamento Aprovado (A)	Dotação Autorizada (B)	Despesas Realizadas (C)	Execução C/B
GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA	60.748.185	58.951.030	58.313.559	637.471
FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO DAS OPERADORAS	18.200.000	18.200.000	17.782.151	417.849
IMPLANTAÇÃO SISTEMA COBRANÇA RESSARCIMENTO SUS	4.000.000	4.000.000	4.000.000	0
CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAL	1.100.000	1.100.000	1.078.132	21.868
PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA	1.800.000	1.800.000	235.925	1.564.075
ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA	971.000	971.000	942.078	28.922
AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES	750.000	750.000	638.490	111.510
AUXÍLIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES	150.000	150.000	120.010	29.990
ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES	400.000	400.000	339.380	60.620
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS PARA LIQUIDANTES	4.000.000	4.000.000	2.245.461	1.754.539
TOTAL	92.119.185	90.322.030	85.695.185	4.626.845

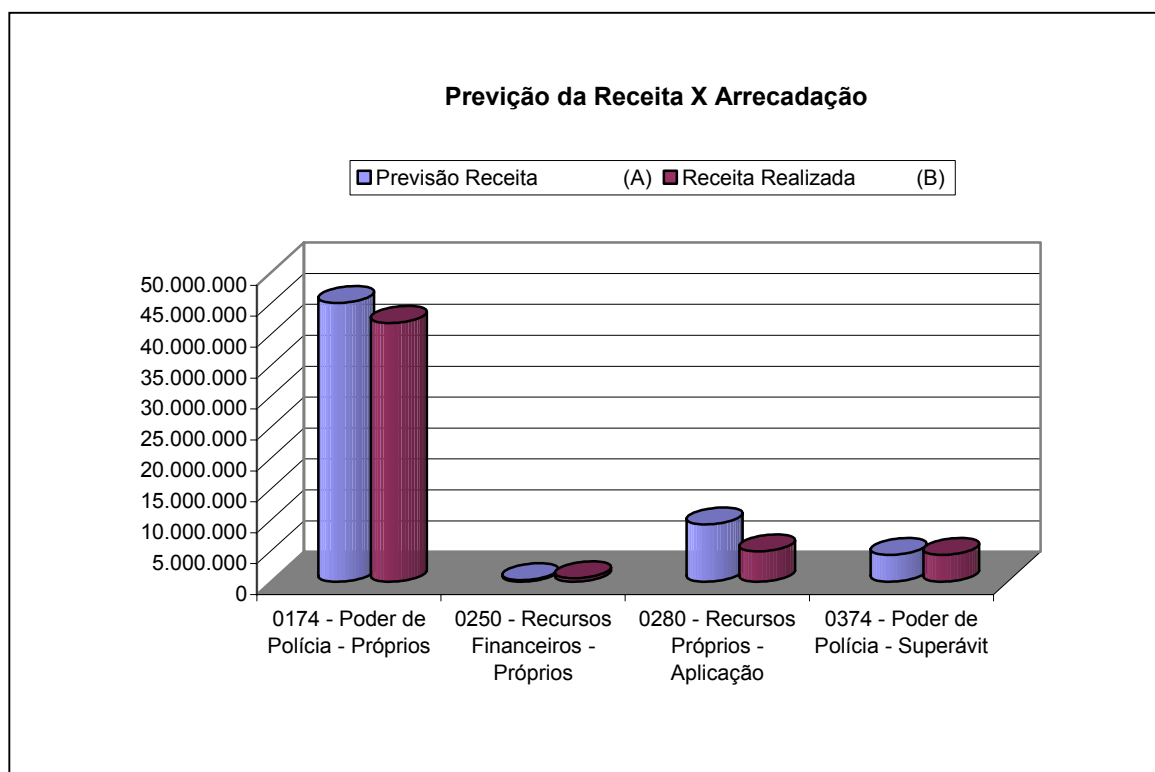
Fonte de Recursos	Orçamento Aprovado (A)	Dotação Autorizada (B)	Despesas Realizadas (C)	Execução C/B
0100 - Recursos Ordinários	2.895.000	2.147.452	2.147.452	0
0151 - Contribuição social s/o lucro das pessoas jurídicas	26.371.430	25.321.822	25.071.374	250.449
0153 - Contribuição p/ financiamento da seguridade social	4.000.000	4.000.000	4.000.000	0
0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	45.041.604	45.041.604	43.247.865	1.793.739
0250 - Recursos não-financeiros Diretamente Arrecadados	241.680	241.680	231.451	10.229
0280 - Recursos Financeiros diretamente arrecadados	9.249.471	9.249.471	6.677.043	2.572.428
0374 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	4.320.000	4.320.000	4.320.000	0
TOTAL	92.119.185	90.322.030	85.695.185	4.626.845

Grupo de Despesas	Orçamento Aprovado (A)	Dotação Autorizada (B)	Despesas Realizadas (C)	Execução C/B
1 - PESSOAL	26.428.185	24.631.030	24.631.030	0
3 - CUSTEIO	55.386.000	55.386.000	52.514.113	2.871.887
4 - CAPITAL	6.305.000	6.305.000	6.304.581	419
5 - INVERSÕES FINANCEIRAS	4.000.000	4.000.000	2.245.461	1.754.539
TOTAL	92.119.185	90.322.030	85.695.185	4.626.845

Arrecadação

A previsão e realização das receitas diretamente arrecadadas pela ANS basearam-se no recebimento da taxa de saúde suplementar e na remuneração de valores na conta única do tesouro nacional, bem como o crédito suplementar referente ao superávit apurado no balanço no exercício de 2004.

Comparativo da Receita Prevista X Receita Arrecadada			
Fonte Recursos	Previsão Receita (A)	Receita Realizada (B)	Execução (B / A)
0174 - Poder de Polícia - Próprios	45.041.604	41.811.394	92,83%
0250 - Recursos Financeiros - Próprios	241.680	540.888	223,80%
0280 - Recursos Próprios - Aplicação	9.249.471	4.893.401	52,90%
0374 - Poder de Polícia - Superávit	4.320.000	4.320.000	100,00%
Total	58.852.755	51.565.683	87,62%



3. GESTÃO FINANCEIRA

Com relação à arrecadação da Taxa de Saúde Suplementar às Operadoras de Saúde - Operadoras, foram várias as etapas transcorridas para o seu aperfeiçoamento e correção, face às mudanças necessárias e contingenciais decorrentes das normas exigidas pela regulação.

Assim, os procedimentos da cobrança decorrem de critérios estabelecidos em normativos próprios, conforme descrito a seguir:

RDC Nº 10, de 10/03/2000.

- Recolhimento da Taxa de Saúde Suplementar por Plano de assistência a Saúde e de Taxas por Atos, por meio de formulário "guia de depósito", do Banco do Brasil S.A.;
- Cálculo para o recolhimento da Taxa por plano de Assistência Saúde, efetuado pela OPS, em planilha Excel, encaminhada por disquete posteriormente à ANS juntamente com a cópia do depósito efetuado.

RDC Nº 23, de 06/06/2000.

- O recolhimento da Taxa por Plano de Assistência e de Taxas por Atos passa a ser por meio de "ficha de compensação", do Banco do Brasil S.A.
- É disponibilizada planilha padrão de informações, a ser preenchida pelas OPSs e encaminhadas via INTERNET, com acesso restrito e através de senha.

RN Nº 7, de 06/06/2002.

- Fica instituído o Documento de Arrecadação de Receitas da ANS - DANS, disponível na Internet, como documento único para recolhimento das Taxas de Saúde Suplementar;
- Define procedimentos para o recolhimento das taxas, de acordo com a nova sistemática apresentada.

RN Nº 4, de 19 de abril de 2002, alterada pela **RN Nº 18**, de 19 de novembro de 2002, e pela **IN Nº 1/DIGES**, de 10 de junho de 2002, alterada pela **IN Nº 2/DIGES**, de 16 de janeiro de 2003.

- Aprova e estabelece os critérios para o parcelamento de débitos com a ANS.

As normas citadas, voltadas especificamente para as ações de arrecadação da Taxa de Saúde Suplementar e demais receitas da ANS permitiram uma sensível evolução do processo de cobrança. Por outro lado, possibilitaram o

estabelecimento de um padrão para informações fornecidas pelas Operadoras de planos privados de assistência à saúde que, uma vez armazenadas, se tornaram uma importante ferramenta na elaboração de planos de ação, visando implementar subsídios à análise e, conseqüentemente, potencializar o poder da tomada de decisão às diversas situações de desvios.

Ações de cobrança

Além das atividades técnicas, foram implementadas ações de publicidade da cobrança, na forma de ofícios de cobrança, mala direta com informações relevantes via e-mail, reuniões com operadoras e outras. Paralelamente, a Gerência Financeira da ANS vem mantendo relações operacionais com as demais áreas da ANS, envolvidas direta ou indiretamente no processo da arrecadação, para fins de troca de informações e padronizações no tratamento das informações recebidas das Operadoras.

Até o final de dezembro de 2004, foram notificadas 464 operadoras com débitos referentes à Taxa de Saúde Suplementar por Plano de Assistência à Saúde - TSS/TPS, apresentando um valor total atualizado na data da notificação, da ordem de R\$ 10,3 milhões, cuja situação encontra-se abaixo indicada:

SITUAÇÃO DOS PROCESSOS	VALOR	ANO	VALOR	%
VALOR TOTAL PAGO À VISTA	32.775,26	2000	9.204.907,60	90,27
VALOR PARCELAMENTO PROPOSTO	81.923,59	2001	602.727,30	6,30
VALOR PARCELAMENTO DEFERIDO	2.687,02	2002	354.915,34	2,71
INT. RECURSO	1.514.962,70	2003	139.141,95	0,72
INTERPOSIÇÃO IMPUGNAÇÃO	2.748.728,64	TOTAL	10.301.692,19	100,00
NOTIFICAÇÕES CANCELADAS	41.660,85			
NOTIF. COM DIF. DEP. JUDICIAL	668.943,15			
NOT. ENCAMINHADAS DÍVIDA ATIVA	2.004.306,09			
NOT. IMPUG. INTEMPESTIVA	8.192,93			
NOT. AGUARDANDO PRAZO	582.040,99			
NOT. EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	131.100,42			
NOTIF. PREVENTIVA - DEP. JUDICIAL	2.484.370,55			
VALOR TOTAL NOTIFICADO	10.301.692,19			
OPERADORAS NOTIFICADAS	464			
OPERADORAS QUE PAGARAM	127			

Evolução no processo de cobrança

O parcelamento de débitos com a ANS, implantado em 2002, vem contribuindo para o incremento dos valores recebidos das Operadoras. Instituído pela RN N° 4, de 19 de abril de 2002, alterada pela RN N° 18, de 19 de novembro de 2002 e pela IN N° 1/DIGES, de 10 de junho de 2002, alterada pela IN N° 2/DIGES, de 16 de janeiro de 2003, representa importante instrumento de análise das informações fornecidas pelas Operadoras, especialmente aquelas relativas ao número de beneficiários considerados para efeito do cálculo da TSS/TPS.

PARCELAMENTOS DE DÉBITOS – ACUMULADO ATÉ DEZEMBRO DE 2004

Descrição	Valor (R\$)
Taxa de Saúde Suplementar	4.682.578
Multas Pecuniárias Administrativas	863.609
TOTAL	5.546.187

3.1 - Evolução do sistema de Arrecadação

O Sistema Integrado de Arrecadação da ANS – SIAR, implantado no final do Exercício de 2000, permite ao beneficiário externo (Operadoras) informar os dados necessários ao cálculo da Taxa por Plano de Assistência a Saúde, efetuar alterações em sua base de dados (nesse caso o sistema informa a data e os dados alterados), constituir dívida e gerar sua confissão, possibilitando opção pelo parcelamento de eventuais débitos. Por outro lado, o referido sistema permite ainda aos técnicos responsáveis pela atividade, a geração de todos os procedimentos necessários à inclusão do devedor no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal – CADIN, identificar pagamentos realizados, pois sua base de dados é atualizada através dos arquivos de retorno proveniente do banco recebedor, e gerar relatórios gerenciais analíticos de arrecadação e de informações gerais.

Foi implantado, em 2003, o Sistema de Inscrição do débito na Dívida Ativa da ANS, administrado pela Procuradoria Geral da ANS, devendo, em breve, ser integrado ao SIAR.

Neste exercício já se trabalha no projeto de aprimoramento da cobrança da Taxa de Saúde Suplementar por Plano de Assistência à Saúde - TPS/TSS, através de um módulo mais completo e eficaz o que permitirá, inclusive, a inclusão de dados através de Lançamentos de Ofício e emissão, acompanhamento e controle de Notificações de Lançamento às operadoras de saúde.

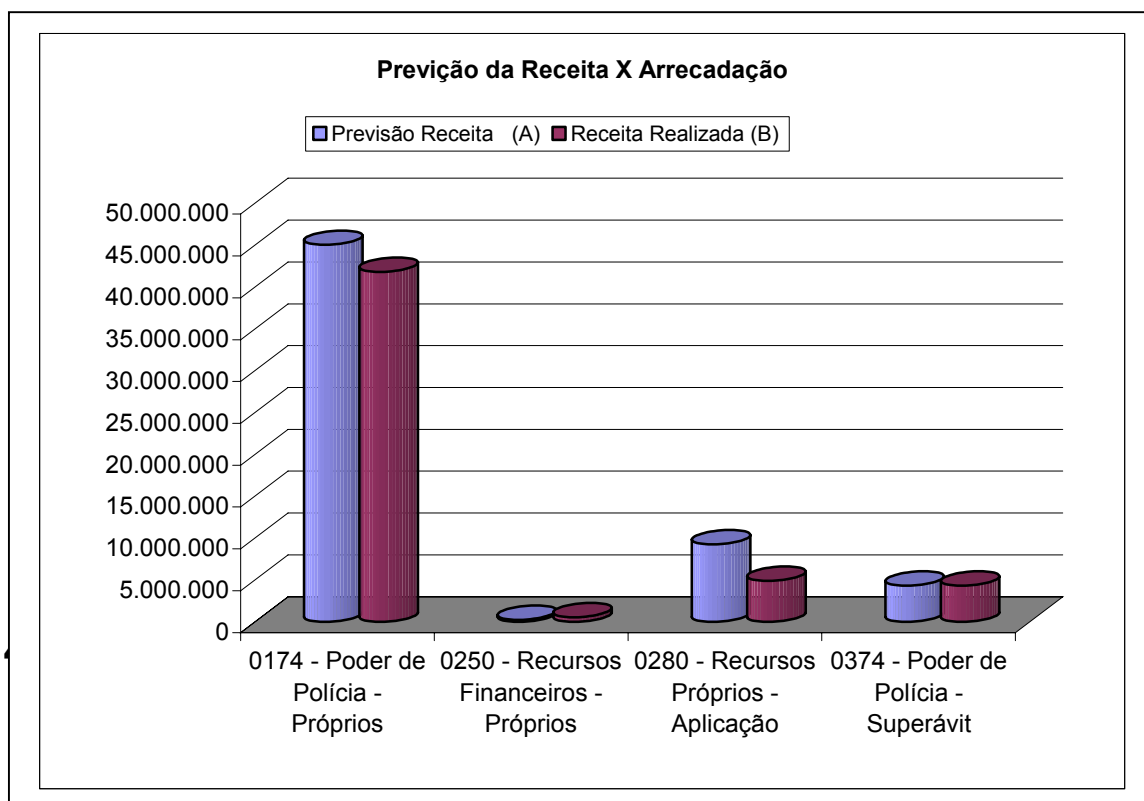
O esforço desenvolvido pela ANS no sentido de aprimorar a cobrança das multas pecuniárias aplicadas às Operadoras - anteriormente recolhida mediante depósito bancário - encaminha para breve a total mecanização do processo, mediante integração com as ações de autuação da Diretoria de Fiscalização e, atualmente, a Guia de Recolhimento da União - GRU para o pagamento desse evento já pode ser emitida pela ANS, com posterior encaminhamento para as operadoras de saúde.

3.2 Comportamento da Receita

Para o exercício de 2004, a previsão e realização das receitas diretamente arrecadadas pela ANS, basearam-se no recolhimento da taxa de saúde suplementar, multa pecuniária administrativa e na remuneração financeira decorrente de valores depositados em nome da Agência na conta única do tesouro nacional, bem como no crédito suplementar solicitado no decorrer do exercício.

Receita - Recursos Próprios

Fonte Recursos	Previsão Receita (A)	Receita Realizada (B)	B/A
0174 - Poder de Polícia - Próprios	45.041.604	41.811.394	92,83%
0250 - Recursos Financeiros - Próprios	241.680	540.888	223,80%
0280 - Recursos Próprios - Aplicação	9.249.471	4.893.401	52,90%
0374 - Poder de Polícia - Superávit	4.320.000	4.320.000	100,00%
Total	58.852.755	51.565.683	87,62%



4. GESTÃO PATRIMONIAL

No decorrer do exercício de 2004 a ANS concluiu as obras infra-estrutura física para sua acomodação, instalou mobiliário e equipamentos próprios.

Com relação aos Núcleos Regionais de Fiscalização, os localizados nas cidades de São Paulo, Rio e Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Salvador, Fortaleza, Belém, Curitiba Brasília e Porto Alegre já estão instalados em prédios locados pela própria ANS, sendo que São Paulo, Paraná, Salvador e Brasília já contam com mobiliário e equipamentos próprios. Para os demais núcleos, exceto o de Pernambuco, a montagem do mobiliário novo será concluída em 30/03/05. Para o caso particular de Pernambuco, a previsão de conclusão da reforma, montagem de equipamentos e do mobiliário é 30/06/05.

5. GESTÃO DE PESSOAS

A força de trabalho da ANS é composta por profissionais com vínculos de cargos comissionados, cedidos sem remuneração, contratação temporária, consultores e provenientes de contratos de terceirização.

Em 2004 foram empreendidas várias ações, visando a execução do concurso e admissão dos servidores efetivos no primeiro semestre de 2005.

O movimento para a realização do concurso público deu-se a partir da publicação da Medida Provisória 155, de 23 de dezembro de 2003, consolidada pela Lei n.º 10.871/04, publicada no D.O.U., em 21 de maio de 2004, que possibilitou, mediante a realização de concurso público a ser homologado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a criação de carreiras e a organização dos quadros efetivos das Agências Reguladoras, estabelecendo as condições finais necessárias ao pleno exercício de suas atribuições, conforme especificado no quadro a seguir:

Total de vagas estabelecidas para o Quadro Efetivo

CARGOS	QUANTITATIVO
Especialista em Regulação de Saúde Suplementar	340
Técnico em Regulação de Saúde Suplementar	50
Analista Administrativo	100
Técnico Administrativo	70
TOTAL	560

Fonte: Lei n.º 10.871, de 20 de maio de 2004

Através da Portaria N.º 272, de 7 de outubro de 2004, foi autorizado a realização de concurso público e o provimento de 310 (trezentos e dez) vagas do Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, conforme discriminado:

Distribuição de vagas do Concurso Público para 2005

CARGOS	QUANTITATIVO
Especialista em Regulação de Saúde Suplementar	188
Técnico em Regulação de Saúde Suplementar	28
Analista Administrativo	55
Técnico Administrativo	39
TOTAL	310

OBS: A nomeação dos candidatos aprovados ocorrerá a partir de janeiro de 2005.

Fonte: Portaria N.º 272, de 7 de outubro de 2004

Através da Portaria N.º 330, de 9 de novembro de 2004, fica unificado os cargos de Técnico em Regulação de Saúde Suplementar e Técnico Administrativo ficando assim o somatório das vagas para Técnico Administrativo:

Retificação de vagas do Concurso Público para 2005

CARGOS	QUANTITATIVO
Especialista em Regulação de Saúde Suplementar	188
Analista Administrativo	55
Técnico Administrativo	67
TOTAL	310

Fonte: Portaria N.º 330, de 9 de novembro de 2004

Foi desenvolvida Nota Técnica evidenciando as questões a serem observadas para o desenvolvimento das atividades de concurso público, tais como: impacto financeiro com a efetivação dos servidores, planejamento para a substituição dos contratos temporários, de forma a evitar o comprometimento da continuidade do trabalho e das competências e saberes institucionais acumulados.

O quadro a seguir apresenta a evolução da força de trabalho desde o início da Agência até dezembro de 2004.

Total do quadro de pessoal da ANS

Vínculo/Lotação	2000	2001	2002	2003	DEZ/2004
Comissionados sem Vínculo	28	39	47	43	44
Comissionados/Éfetivos/Procurador - Federal	0	0	0	4	11
Comissionados/Requisitados da Adm. Pública	54	69	75	75	78
Total Comissionados	82	108	122	122	133
Requisitados sem Comissionamento	3	9	6	15	11
Em Exercício - Subordinação Administrativa	180	105	73	11	10
Éfetivos - Procuradores Federais (*)	0	0	9	15	24
Total de Servidores	265	222	210	159	167
Temporário - Nível Superior	0	123	271	240	210
Temporário Acordo Internacional - NS	0	0	0	0	49
Temporário - Nível médio	0	18	32	27	27
Total de Temporários	0	141	303	267	286
Consultores	282	219	129	114	31
Terceirizados - Apoio Administrativo	0	140	169	353	381
Total extra-quadro	282	359	325	467	412

TOTAL GERAL	547	722	838	893	865
(*) Inclui 11 ocupantes de cargo comissionado					
Obs: Os exercícios de 2000 à 2003 referem-se a dezembro					
Obs: Posição referente ao mês de dezembro de 2004					

Fonte: Quadro Gerencial - dezembro 2004

Visando a consolidação da força de trabalho da ANS, o quadro a seguir demonstra todos os vínculos distribuídos nas Diretorias.

Distribuição geral do Quadro de Quantitativo da ANS

VINCULO	DIRETORIAS								
	PRESI	OUID	AUDIT	DIDES	DIFIS	DIGES	DIOPE	DIPRO	TOTAL
Comissionados sem vínculo	4	2	1	4	11	9	7	6	44
Comissionados/Efetivos/Procurador-Federal	8	0	0	1	1	0	1	0	11
Comissionados/Requisitados da Adm.Pública	12	0	0	13	21	11	8	13	78
TOTAL DE COMISSIONADOS	24	2	1	18	33	20	16	19	133
Requisitados sem comissionamento	2	0	0	0	9	0	0	0	11
Em exercício - Subordinação Administrativa	0	0	0	0	10	0	0	0	10
Efetivos - Procuradores Federais (*)	21	0	0	1	1	0	1	0	24
TOTAL DE SERVIDORES	39	2	1	18	52	20	16	19	167
Temporários - Nível Superior	11	0	0	22	110	10	30	27	210
Temporários Acordo Internacional - NS	0	0	0	43	5	0	0	1	49
Temporários - Nível Médio	4	0	0	1	6	11	2	3	27
TOTAL DE TEMPORÁRIOS	15	0	0	66	121	21	32	31	286
Consultores - PNUD e UNESCO	9	0	0	5	11	5	0	1	31
Terceirizados - Apoio Administrativo	61	3	0	84	102	66	32	33	381
TOTAL EXTRA-QUADRO	70	3	0	89	113	71	32	34	412
TOTAL GERAL	124	5	1	173	286	112	80	84	865
(*) Inclui 11 ocupantes de cargo comissionados									

Fonte: Quadros Gerenciais - dezembro de 2004

TOTAL DO QUADRO DA ANS - JANEIRO A DEZEMBRO DE 2004												
Vínculo/Lotação	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Comissionados sem vínculo	43	44	46	45	45	44	43	43	40	42	44	44
Comissionados/Efetivos/Procurador-Federal/Advogado AGU	11	4	6	9	9	9	11	11	11	11	11	11
Comissionados/Requisitados da Adm.Pública	78	75	73	70	75	72	72	75	78	79	79	78
TOTAL DE COMISSIONADOS	132	123	125	124	129	125	126	129	129	132	134	133
Requisitados sem comissionamento	11	14	14	12	12	11	11	11	11	11	11	10
Em exercício - subordinação administrativa	10	11	11	11	11	11	11	11	11	11	10	11
Efetivos - Procuradores Federais/Advogado AGU (*)	24	19	20	23	23	23	24	24	24	24	24	24
TOTAL DE SERVIDORES	166	163	164	161	166	161	161	164	164	167	168	167
Temporários - Nível superior	210	238	235	232	231	227	226	224	223	219	218	210
Temporário acordo internacionaL - Nível Superior	49	32	32	32	46	47	46	47	46	49	49	49
Temporários - Nível médio	27	27	27	27	27	27	27	27	27	27	27	27
TOTAL DE TEMPORÁRIOS	286	297	294	291	304	301	299	298	296	295	294	286
Consultores - Pnud e Unesco	31	53	50	46	45	51	41	36	35	32	37	31
Terceirizados - apoio administrativo	381	364	368	372	373	374	374	379	377	380	382	381
TOTAL GERAL	412	417	418	418	418	425	415	486	735	481	419	412
TOTAL	864	877	876	870	888	887	875	948	792	943	881	865

(*) Inclui 11 ocupantes de cargo comissionado.

QUADRO (Alexandre)

De acordo com o art. 93 da Lei n.º 8.112/90 e do art. 16 da Lei n.º 9.986, de 18 de julho de 2000, as Agências poderão requisitar, com ônus, servidores e empregados de órgãos e entidades da Administração Pública, devendo ressarcir aos órgãos e entidades cedentes os valores que despenderem a título de remuneração e encargos patronais.

A ANS conta hoje com 133 servidores nomeados para cargos comissionados, dentre os quais 78 são servidores requisitados que recebem remuneração pelo órgão de origem com o vencimento da função exercida; 44 são cargos comissionados sem vínculo com o Serviço Público (Federal, Estadual, Municipal e Distrital) e 11 são Procuradores Federais que exercem cargo comissionado.

No Quadro a seguir, é apresentada a situação da distribuição dos cargos comissionados nas diversas unidades administrativas da ANS em dezembro de 2004.

Quantitativo de Pessoal nomeado para Cargo Comissionado

Diretoria	Diretor - CD	Gerência Executiva - CGE	Assessoria - CA	Comissionado Técnico - CCT	TOTAL
PRESI	1	12	2	9	24
DIPRO	0	10	2	7	19
DIOPE	1	6	3	6	16
DIFIS	1	11	3	18	33
DIDES	1	6	3	8	18
DIGES	1	11	1	7	20
AUDIT	0	1	0	0	1
OUVID	0	2	0	0	2
TOTAL	5	59	14	55	133

Fonte: GEDRH - dezembro 2004

Os cargos requisitados sem remuneração submetem-se à Portaria n.º 133, de 17/02/2000, do Ministério da Saúde, publicada no DOU de 18/02/2000, que dispõe sobre a subordinação técnica e administrativa das divisões e serviços de saúde suplementar no Ministério da Saúde. Em dezembro de 2004, a ANS conta com 11 servidores nas Unidades Estaduais de Fiscalização, conforme quadro:

Quantitativo de Pessoal em Exercício por Unidade Federativa

ESTADOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
ALAGOAS	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
BAHIA	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0
GOIAS	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
M GROSSO SUL	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
PARAÍBA	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
RORAIMA	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
TOTAL	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11

Fonte: GEDRH - dezembro 2004

Nos termos da Lei n.º 9.961, de 2000, e com base no inciso IX, do Art. 37 da Constituição Federal, a ANS iniciou processos seletivos para contratações temporárias, conforme disciplinado na Portaria Conjunta n.º 69, de 18/05/2000 e na Portaria Interministerial n.º 977/MS/MP, de 04/07/2001, que ampliou o quantitativo de vagas destinadas à Agência Nacional de Saúde Suplementar para até 470 contratações, sendo 410 de nível superior (NS) e 60 de nível intermediário (NI).

Na 1ª fase, foram efetivamente contratados 148 candidatos para nível superior e 19 para nível médio. Na 2ª fase foram efetivamente contratados 192 candidatos de nível superior e 16 de nível médio. As duas fases totalizam 375 contratados, totalizando 340 contratos de nível superior (NS) e 35 de nível intermediário (NI).

No período de janeiro de 2001 a dezembro de 2004, foram encerrados e/ ou rescindidos 138 contratações temporárias conforme demonstrativo a seguir:

Contrato Temporários encerrados / rescindidos

DIRETORIA	2001	2002	2003	DEZ/2004	TOTAL DIRETORIA
DIDES	1	3	3	7	14
DIFIS	7	23	19	11	60
DIGES	3	3	5	2	13
DIOPE	4	6	2	1	13
DIPRO	1	8	1	5	15
PRESI	3	5	11	4	23
TOTAL/ANO	19	48	41	30	138
TOTAL GERAL	138				

Fonte: GEDRH - dezembro 2004

Conforme dados atualizados até 31 de dezembro de 2004, temos, efetivamente na Agência, 27 contratos temporários de nível médio e 210 de nível superior, totalizando 237 contratados, tendo como déficit, em relação ao autorizado inicialmente, 200 contratos de nível superior e 33 de nível médio em relação ao total de vagas destinadas para contratação (410 NS e 60 NI).

As informações prestadas no quadro seguinte, refere-se ao demonstrativo de despesas com pessoal (DDP) extraído do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE, restringindo-se, portanto, aos contratados temporários e servidores.

O quadro a seguir apresenta a evolução dos dispêndios com a folha de pagamento da ANS no período de 2000 a dezembro de 2004.

Demonstrativo de Despesa com Pessoal – DDP

EXERCÍCIO	FOLHA DE PAGAMENTO VALOR BRUTO
JAN/2004	R\$ 1.440.414,94
FEV/2004	R\$ 1.444.054,02
MAR/2004	R\$ 1.488.885,72
ABR/2004	R\$ 1.519.092,71
MAIO/2004	R\$ 1.531.717,03
JUN/2004	R\$ 2.089.688,17
JUL/2004	R\$ 1.511.917,63
AGO/2004	R\$ 1.569.424,82
SET/2004	R\$ 1.570.730,61
OUT/2004	R\$ 2.066.610,58
NOV/2004	R\$ 3.131.394,26
DEZ/2004	R\$ 1.862.029,07
Total 2004	R\$ 21.225.959,56

Fonte: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE

A ANS conta ainda com contratos firmados junto a empresas especializadas, realizados mediante licitação pública, para fornecimento de mão de obra não prevista regimentalmente em sua estrutura. Em dezembro de 2004 eram 68 profissionais na área de informática e 313 nas atividades de apoio administrativo (são secretárias, auxiliares de escritório, assistentes administrativos, telefonistas, entre outros), conforme quadro:

Força de trabalho Terceirizada na ANS

EMPRESA	2000	2001	2002	2003	DEZ/2004
Apoio administrativo	0	140	196	296	313
Serviços de infoprática	0	0	0	57	68
TOTAL	0	140	196	353	381
Obs: Os exercícios de 2000 à 2003 referem-se à dezembro.					

Fonte: GEDRH - dezembro 2004

Administração da Força de Trabalho da ANS pode ser considerada uma atribuição que requer significativos mecanismos de controle, acompanhamento, versatilidade e agilidade. Isto porque, sua especificidade envolve ações referentes aos inúmeros vínculos que os colaboradores da ANS mantém com a instituição. E também, as ações relacionadas à vida funcional das pessoas demandam respostas rápidas e seguras.

No que se refere a 2004, dentre os avanços, pode-se computar a completa implantação do sistema informatizado, o qual permitiu agilidade e melhor controle nas atividades referentes à administração, além da pronta disponibilização da informação para a tomada de decisões relacionadas a administração de Recursos Humanos.

Em termos de perspectivas para 2005, pode-se prever como destaque a realização dos procedimentos relacionado à nomeação de 310 servidores efetivos.

5.1 AÇÕES DE VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR

As ações de desenvolvimento de Recursos Humanos, as quais visam desenvolver, acompanhar e valorizar o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, constituem-se sob a forma sistematizada dos Programas de: Educação Permanente, Integração Institucional, Estágio, Acompanhamento de Equipes terceirizadas e Qualidade de Vida. Encontram-se em desenvolvimento os seguintes projetos: Avaliação de desempenho, Banco de talentos e Plano de carreiras.

Programas de Educação Permanente

O desenvolvimento da ANS e sua atuação na regulação do mercado de saúde suplementar têm proporcionado um cenário de mudanças que se refletem em constantes desafios para a instituição. O enfrentamento desses desafios requer a qualificação e constante atualização do seu quadro de pessoal. Isto significa que o alcance dos objetivos da ANS associa-se ao trabalho qualificado, implicando na aquisição e desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais para o desempenho com êxito das atividades de regulação, normatização, controle e fiscalização do setor de saúde suplementar. Com base na linha de pensamento exposta, foram elaborados os Programas de Educação Permanente da ANS, que constituem ações sistematizadas de processos de aprendizagem, voltados ao desenvolvimento das competências individuais e coletivas do seu quadro de pessoal.

Programa de Pós-Graduação

O programa de pós-graduação lato e strictu sensu da ANS visa o desenvolvimento da capacidade operativa, técnica e política dos profissionais, assim como a produção de conhecimentos aderidos às práticas de trabalho relacionadas à regulação da saúde suplementar.

Execução do Programa em 2004

a) Lato sensu

Em 2004 foram encaminhados 3 servidores para a realização de cursos de pós-graduação lato sensu. Abaixo o título dos cursos, o nome da instituição de ensino, a área de conhecimentos correspondente e o vínculo do profissional.

Eventos do Programa de Pós-graduação lato sensu
custeados pela ANS

Título do evento	N.º de Servidores	Diretoria	Vínculo	Natureza do conhecimento	Custos
MBA Executivo em Finanças	2	DIOPE	Servidor	Financeiro - Contábil/ Administração	Com ônus ANS
MBA Executivo	1	DIFIS	Servidor	Financeiro - Contábil / Gestão / Administração	Com ônus ANS

Fonte: GEDRH - dezembro 2004

Além dos cursos acima, cujo financiamento foi realizado com recursos da ANS, foram encaminhados 11 (onze) profissionais para o curso de Especialização em “Políticas Públicas e Gestão Estratégica em Saúde”, promovido pelo Ministério da Saúde em parceria com o Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro-UERJ. Os profissionais fizeram a inscrição em 17/11/2004 e o curso está previsto para iniciar em 18 de fevereiro de 2005. As instituições promotoras não fizeram restrições quanto ao vínculo de Contrato Temporário de parte dos participantes. Abaixo as diretorias de origem dos profissionais e outras informações sobre o curso.

Desenvolvimento Gerencial

Em 2003 foi realizada a primeira experiência de implementação de um programa gerencial “Programa de Desenvolvimento gerencial – PRODEGE”, em âmbito Institucional, com contratação de uma consultoria externa. O PRODEGE iniciou-se com o módulo “Formação Gerencial Ativa – Coaching organizacional”, cuja primeira fase foi oferecida a todo o corpo gerencial da ANS e que, devido a contingências, foi cumprido na íntegra por apenas duas Diretorias – DIFIS e DIGES, ainda que contasse com a participação alternada de pessoas da PRESI/PROGE/SEGER e da DIOPE em algumas etapas do Programa. Por outro lado, o programa não teve continuidade em 2004 devido as muitas mudanças ocorridas no corpo diretivo da ANS. A proposta para dar continuidade ao programa está prevista no planejamento da GEDRH para 2005.

Treinamento à Distância

Este programa diz respeito a utilização da tecnologia de treinamento à distância para a facilitação de parte dos processos de aprendizagem na ANS. O estudo apresentado abaixo foi realizado em 2004, com proposta para implantação em 2005.

Programa de Integração Institucional de Novos Funcionários

Em 2004, a GEDRH (antiga GEPES) realizou o Evento de Integração dos novos contratados, aprovados no Processo Seletivo para contratação temporária no âmbito de projetos de cooperação internacional do Ministério da Saúde. O treinamento apoiou-se nas necessidades de integração e ambientação destinadas aos contratados recém-chegados para o exercício de atividades na Diretoria de Fiscalização - DIFIS e na Diretoria de Desenvolvimento Setorial - DIDES. Participaram como palestrantes, multiplicadores internos.

Programa de Estágio

O Programa de Estágio da ANS faz parte da Política de Recursos Humanos da Gerência de Desenvolvimento de Recursos Humanos desde julho de 2001. É desenvolvido com a parceria do Centro de Integração Empresa-Escola - CIEE, através de convênio firmado, cujo papel é o de selecionar e encaminhar estudantes inscritos em sua unidade, de acordo com o perfil solicitado pelas áreas da ANS.

No ano de 2004, algumas alterações foram necessárias com vistas à adequação das novas diretrizes e demandas verificadas durante o ano que se passou. São elas:

a) Carga Horária:

A carga horária de estágio na ANS, que era de 4 horas somente, passou a oferecer vagas também para 6 ou 8 horas diárias, de acordo com a necessidade de cada área e segundo a disponibilidade do candidato. Os horários estabelecidos para estágio são aprovados pela Universidade e cumprem a determinação de serem compatíveis com o horário escolar do estudante, estabelecido pela Universidade, conforme estabelecido na Portaria n.º 8 de 23 de janeiro de 2001, do MPOG.

b) Alteração do quantitativo do quadro de estagiários;

Segundo a Portaria no. 8, Art. 2º, o número de estagiários em cada órgão ou entidade não poderá ser superior a vinte por cento do total da lotação aprovada para as categorias de nível superior e a dez por cento para as de nível intermediário, reservando-se, desse quantitativo, cinco por cento das vagas para estudantes portadores de deficiência, compatível com o estágio a ser realizado. Com a aprovação da Lei no. 10.871 de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das agências reguladoras, fica estabelecido o quantitativo do quadro de pessoal da ANS.

Programa de Representantes de Recursos Humanos

Diante da necessidade de facilitar as questões relacionadas a administração e desenvolvimento de Recursos Humanos no âmbito da Instituição, foi solicitado a cada

diretoria que indicasse um representante para realizar atividades tais como: elaborar planilha de férias, receber e encaminhar documentações, observar procedimentos para encaminhamento de solicitações para participação de servidores em eventos de capacitação, etc. A existência de uma pessoa em cada área que desempenhe essas funções favorece sobremaneira as ações de desenvolvimento e administração de pessoal. Do ponto de vista da organização, essa colaboração enriquece o clima organizacional e exercita posturas de cooperação e integração, sempre bem-vindas como contribuição ao desenvolvimento das pessoas como um todo.

Programa de Qualidade de Vida

A ANS, através de sua política de Recursos Humanos que reconhece a importância dada a saúde, implementou o Programa de Qualidade de Vida. A relação entre saúde e qualidade de vida é uma realidade reconhecida. O próprio senso comum afirma que ter saúde é a primeira e essencial condição para que alguém possa considerar sua vida como de boa qualidade. Numa visão mais atual, a qualidade de vida significa o nível alcançado por uma pessoa na concretização de seus objetivos na vida pessoal, social e profissional, considerando também o meio ambiente físico e social.

O Programa de Qualidade de Vida divide-se em três sub-programas:

a) Qualidade de Vida:

- *Saúde Emocional: Envolve desde uma adequada capacidade de gerenciamento das tensões e estresse até uma forte auto-estima somadas a um nível elevado de entusiasmo em relação a vida. Ex: Terapias Alternativas.*
- *Saúde Social: Os fatores preponderantes são: alta qualidade dos relacionamentos, equilíbrio com o meio ambiente e harmonia familiar. Ex: Coral, Instrumental ANS, Biodança, Hidroginástica.*
- *Saúde Intelectual: Utilizar a capacidade criativa, sempre que possível; expandir os conhecimentos permanentemente e partilhar o potencial interno com os outros. Ex: Oficinas abertas.*
- *Saúde Física: Composta principalmente do quadro clínico do indivíduo, acompanhado de alimentação adequada, práticas saudáveis e uso correto do sistema médico. Ex: Ginástica Laboral, Atividade Física Postural.*

b) Integração da Qualidade de Vida, Saúde e Meio Ambiente:

Atualmente, as relações do homem e o meio ambiente têm sido objeto de estudo. A noção de que a preservação da natureza está intimamente ligada a saúde do ser humano tornou-se uma preocupação constante, gerando ações de conscientização voltadas para uma melhor qualidade de vida. Ex: Caminhadas Ecológicas, Campanhas de Educação Ambiental.

Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO

O Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO - é parte integrante do conjunto de iniciativas no campo da saúde dos trabalhadores, devendo estar articulado com o disposto nas demais Normas Reguladoras – NRs. Tem como objetivo prevenir, investigar, diagnosticar e monitorar precocemente agravos à saúde, relacionados ao

trabalho, bem como o estabelecimento de diretrizes e conduta no que se refere às doenças profissionais que possam vir a afetar os servidores e empregados da ANS em sua Sede e Núcleos Regionais. Para tanto, fará uso de Exames Médicos: Admissional, Periódico, Mudança de Função, Retorno ao Trabalho, Demissional), bem como de análise dos afastamentos por motivo de doença, programas de patologias específicas e programas e campanhas educacionais no âmbito da saúde.

Levantamento epidemiológico

A partir do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, será realizado um levantamento estatístico através de relatórios com referência a ocorrência de acidentes de trabalho, doenças ocupacionais e atestados médicos, tendo como indicadores as patologias que mais acometem os trabalhadores, as funções e áreas de maior incidência, os períodos do ano e a faixa etária. Estes levantamentos identificarão quais as principais causas das patologias e suas características para que através de uma análise qualitativa destes dados à GEDRH possa implementar programas que atendam as reais necessidades dos nossos funcionários, tanto a nível assistencial quanto preventivo.

Grupos de apoio

A partir do levantamento das informações epidemiológicas poderão ser identificados grupos de riscos, para os quais serão desenvolvidos programas de saúde específicos: diabetes, controle da pressão arterial, controle do peso, combate ao tabagismo.

Programa de Prevenção de Riscos Ambientais

Em atendimento a Norma Regulamentadora n.º 9, do Ministério do Trabalho, tem por finalidade definir uma metodologia de ação que garanta a preservação da saúde e integridade dos trabalhadores face aos riscos existentes nos ambientes de trabalho, analisando os riscos físicos, biológicos, químicos, ergonômicos e patologias do trabalho, para a preservação da saúde e integridade do trabalhador. A legislação de segurança brasileira do trabalho considera como riscos ambientais, agentes físicos, químicos e biológicos.

Para que sejam considerados fatores de riscos ambientais, estes agentes precisam estar presentes no ambiente de trabalho em determinadas concentrações ou intensidade, e o tempo máximo de exposição do trabalhador a eles é determinado por limites preestabelecidos, não sendo aplicável no momento à Agência.

Realizações em 2004

a) Exames

Na perspectiva do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, vem sendo realizados os exames médicos periódicos, que tiveram seu início em outubro de

2003, com a implantação da Unidade de Saúde e Segurança do Trabalho – USASET - 7º andar, com a orientação e controle da GEDRH.

No 2º semestre de 2004, demos continuidade as convocações para a realização dos exames médicos periódicos para os servidores, em cumprimento ao disposto na NR 7 do Ministério do Trabalho.

Exames periódicos previstos e realizados

Diretorias	N.º de servidores Previstos	Realizados até DEZ de 2004	Percentual de exames realizados
DIDES	40	38	90%
DIFIS	78	74	95%
DIGES	37	36	97%
DIOPE	59	55	93%
DIPRO	56	36	64%
PRESI	44	19	20%
TOTAL	314	258	82%

Fonte: GEDRH - dezembro 2004

Exames periódicos nos NURAFs

NUCLEOS REGIONAIS	N.º de servidores	REALIZADOS	%
PERNAMBUCO	1	1	100
CEARÁ	6	6	100
BAHIA	5	5	100
SÃO PAULO	26	26	100
PARÁ	7	7	100
MINAS GERAIS	10	10	100
DISTRITO FEDERAL	13	13	100
TOTAL	68	68	100

Fonte: GEDRH - dezembro 2004

A realização dos exames médicos periódicos nos Núcleos Regionais, foi iniciada em fevereiro de 2004, e concluídos ao final do 1º semestre. Na oportunidade, puderam fazer todos os exames de laboratório, e foram orientados clinicamente em consultas, por profissionais das empresas prestadoras desses serviços, sob coordenação da GEDRH.

Paralelo ao atendimento dos funcionários e prestadores de serviço da ANS, na USASET também são realizados atendimentos de urgência e emergência para os demais colaboradores da ANS abrangendo todos os vínculos. Neste exercício, foram realizadas aproximadamente 150 consultas/ mês, totalizando 1.899 atendimentos.

Atendimentos de urgência e emergência – PAM

MÊS	REALIZADOS
JANEIRO	133
FEVEREIRO	122
MARÇO	190
ABRIL	162
MAIO	206
JUNHO	229
JULHO	189
AGOSTO	116
SETEMBRO	210
OUTUBRO	167
NOVEMBRO	175
TOTAL	1899

Fonte: GEDRH - dezembro 2004

Grupos de risco:

- tabagismo
- pressão arterial
- obesidade

Vacinação contra a gripe (**realização: maio de 2004**)

Dentre as atividades desenvolvidas pela área de Qualidade de Vida, realizamos campanhas preventivas e de cunho social. A vacina contra a Gripe, tem como objetivo prevenir e diminuir os riscos de contaminação no ambiente de trabalho, proporcionando uma melhor qualidade de vida aos empregados desta Agência. Tem uma boa aceitação por parte de todos, considerando que a maior parte do efetivo da agência, está localizado em São Paulo e Rio de Janeiro.

Demonstrativo da Campanha de vacinação contra a gripe

VÍNCULO	N.º de servidores	VACINADOS
ANS (Servidores e Contratados)	357	190
ANS-SP	131	131
CTIS	63	12
FBS	230	139
MOTORISTAS	8	6
UNESCO	47	19
ESTAGIÁRIOS	63	17
COPA	16	8
EUROEXPRESS	1	1
Percentual de vacinados	-	57%
TOTAL GERAL	916	523

Fonte: GEDRH - dezembro 2004

Implantação do programa de ergonomia

GINÁSTICA LABORAL:

Iniciada em maio de 2004, a ginástica laboral, tem como finalidade, orientar o estilo de vida de cada um, proporcionar mudanças de atitude relacionadas ao processo de trabalho e a prática de exercícios de baixo esforço para relaxamento e flexibilidade física. É realizada duas vezes por semana, com a participação de grande parte de servidores e colaboradores.

Campanha de Doação de Sangue

A ANS, em parceria com o HEMORIO, através do Instituto Nacional de Cardiologia, promoveu de 22 a 25 de novembro de 2004 a II Semana da Doação de Sangue na Unidade de Saúde e Segurança do Trabalho – USASET. Com um resultado positivo, demonstrou a solidariedade do doador, além reforçar a credibilidade nas ações desenvolvidas na USASET.

- Doadores 120
- Compareceram a USASET para doação 140

Consideramos que a implantação do programa de Qualidade de Vida na ANS obteve muitos avanços em 2004. Entre eles podemos destacar:

- Elevado índice de adesão aos exames médicos periódicos, em torno de 90% considerando o número previsto.
- - implantação do programa de acompanhamento médico dos pacientes identificados através dos exames complementares como pertencentes a “grupo de risco”.
- Implantação e significativa aceitação da ginástica laboral. Entretanto, apesar da adesão observada, consideramos a necessidade de intensificar o trabalho educativo a respeito dos seus benefícios, visto que ainda não conseguimos atingir 100% dos profissionais na realização dos exercícios físicos in locus.

- A campanha de vacinação, iniciada em 2001, vem a cada ano aumentando os índices de cobertura em relação ao total de profissionais da ANS.

Plano de saúde

Está sendo analisado pela DIGES, cuja implantação, está prevista para o 1º trimestre de 2005.

Programa de Acompanhamento de Equipes Terceirizadas

O Programa de Acompanhamento de Equipes Terceirizadas foi concebido para desenvolver os funcionários que prestam serviços administrativos e de apoio nas áreas da ANS, para que possam exercer suas funções com competência e de acordo com o contexto organizacional.

As participações em eventos de capacitação perfazem um total de 487 participações. Considerando que o total de profissionais em situação de terceirização na ANS é de 381, avaliou-se o programa de acompanhamento de equipes terceirizadas como tendo atingido os objetivos de propiciar ao menos um treinamento anual por profissional. Sob outro prisma, as capacitações realizadas tendo sido objeto de levantamento prévio das necessidades dos perfis profissionais, estavam, portanto compatíveis com a melhoria /aperfeiçoamento das práticas do trabalho.

Programa de Substituição por Afastamento

O Contrato n.º 006/2001, Processo n.º 33902.004951/2001-32, firmado pela ANS com a empresa terceirizada Fundação Bênçãos do Senhor, para prestação de serviços de apoio administrativo, estabelece que a contratada deverá substituir o funcionário afastado, arcando com os respectivos custos. Com base neste contrato e considerando a necessidade da substituição por uma mão-de-obra capacitada de imediato para evitar descontinuidade do trabalho nos postos de trabalho, a GEDRH desenvolveu e implantou o projeto de substituição por afastamento.

O programa obteve resultados conforme o previsto, no sentido de que sempre que ocorreram situações de substituição os profissionais disponibilizados encontravam-se em condições satisfatórias de desempenho.

A área de Desenvolvimento de Recursos Humanos apresentou um volume significativo de atividades em 2004. Alguns programas foram implantados, e outros tiveram seus processos aperfeiçoados. Dentre os fatos mais significativos destacamos:

- Mudanças no corpo diretivo acarretou o re-direcionamento de algumas ações programadas, com a suspensão de alguns eventos de capacitação e a inserção de outros.

- Iniciou-se estudos mais sistematizados para a implementação da Avaliação de Resultados dos eventos de capacitação, com foco nos resultados dos treinamentos para as práticas do trabalho.
- Programa de Qualidade de Vida avançou em procedimentos considerados importantes, entre eles o acompanhamento de grupos de risco e a Ginástica Laboral.
- Foram empreendidas todas as ações preparatórias para a efetivação do concurso público em 2005.

Reconhecendo o papel definidor dos Recursos Humanos para o alcance dos objetivos institucionais, a Equipe da Gerência de Desenvolvimento de Recursos Humanos buscou no ano de 2004 construir os alicerces para a efetiva implantação de uma política de RH compatível com a estatura e importância do papel social da ANS. Isto porque, na gestão pública moderna deve-se buscar:

- O processo de desenvolvimento das pessoas aderido aos processos de desenvolvimento institucional.
- Considerar a totalidade dos profissionais como agentes ativos na concepção e/ou execução das práticas do trabalho. Portanto, além de qualificados pari passu para tal, deverão ter as condições contextuais facilitadoras do seu desenvolvimento, comprometimento e bem estar.
- Instaurar processos de RH que reflitam em políticas e ações, a confluência das necessidades dos servidores enquanto pessoas, cidadãos e trabalhadores comprometidos com as atribuições da sua instituição, e, sobretudo com o interesse público da sociedade mais ampla.

Com base neste pensamento, a Gerência de Desenvolvimento de Recursos Humanos - GEDRH, concebeu e implantou sua política de RH. Em 2004 algumas das ações, sistematizadas em programas, foram consolidadas no sentido de sua implementação, avaliação e redirecionamento. Outras foram iniciadas ou estão em processo de implementação. Todas estas ações, relacionadas entre si, deverão constituir um sistema de recursos humanos, cujo objetivo perspicuo será o de promover o desenvolvimento integral das pessoas enquanto indivíduos e participantes responsáveis na consecução das políticas públicas relacionadas ao setor de Saúde Suplementar.

Acreditamos que a experiência até aqui acumulada, em termos de práticas de RH, expostas neste relatório, fornecerá as bases para um processo mais aperfeiçoado de gestão do quadro de Servidores Efetivos da ANS, dentro dos preceitos mais modernos de gestão de pessoas nas organizações.

6. GESTÃO DE SUPRIMENTO DE BENS E SERVIÇOS

Relação de contratos e convênios que vigoraram em 2004.

RELAÇÃO DE CONVÊNIOS QUE VIGORARAM EM 2004

Convênio	Objeto	Conveniente	Valor	Vigência início	Vigência Fim
02/2000	Projeto de Pesquisa Metodológica	FGV- Fundação Getúlio Vargas	R\$ -	16/10/2000	15/10/2004
03/2001	Disponibilização de um Sistema Gerencial p/ o controle das posições de títulos e valores mobiliários vinculadas a reserva técnica das Operadoras de Plano de Saúde	CETIP- Central Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos	R\$ -	18/10/2001	17/10/2006
03/2002	Promover uma ação integrada no âmbito da relação institucional da ANS e da FECAMP	FECAMP- Fundação Economia de Campinas (1º termo aditivo) (2º termo aditivo) (3º termo aditivo)	R\$ 350.000,00 R\$ 420.000,00 R\$ 520.000,00	26/06/2002 26/05/2003 18/09/2003 01/01/2004	25/06/2003 31/12/2003 31/12/2003 31/05/2004
04/2002	Implementação do programa de estágios	CIEE - Centro Integração Empresa Escola (1º termo aditivo)	R\$ 335.760,00 R\$ 359.510,00	03/07/2002 03/07/2003	02/07/2003 02/07/2004
05/2003	Realização do projeto "Estudos sobre as relações entre o Público e o Privado: o caso da Regulação do mercado de Planos de Saúde"	FUJB - Fundação Universitária José Bonifácio (1º termo aditivo)	R\$ 2.353.593,00 R\$ 2.824.311,60	23/12/2003 24/12/2003	22/12/2004 23/03/2005
01/2004	Realização do projeto: "Informações e Aprimoramento de Sistemas Visando Padrões Superiores na Qualidade da Saúde"	FIOTEC - Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico	R\$ 1.207.852,34	15/04/2004	14/04/2005
02/2004	Implementação do programa de estágios	CIEE - Centro Integração Empresa Escola	R\$ 458.145,00	15/07/2004	14/07/2005

RELAÇÃO DE CONTRATOS QUE VIGORARAM EM 2004

Contrato	Vigência início	Vigência Fim	Objeto	Contratada
02/2000	08/06/2000	07/06/2005	Locação de imóvel ANS-RJ dos pavimentos 7º ao 12º e condomínio	BANCO DO BRASIL S/A
03/2000	08/06/2000	07/06/2005	Serviços de Cobrança eletrônica	BANCO DO BRASIL S/A
04/2000	05/07/2000	04/07/2005	Cobrança eletrônica do ressarcimento	BANCO DO BRASIL S/A
06/2000	01/08/2000	31/07/2005	Locação de imóvel ANS-SP / 4º andar	SALIBA PARTICIPAÇÕES S/A
07/2000	01/08/2000	29/12/2004	Fornecimento de mídia impressa	RADIOBRÁS- EMPRESA BRASIL. COMUNIC.
10/2000	15/09/2000	14/09/2005	Locação imóvel ANS-SP	SALIBA PARTICIPAÇÕES S/A
19/2000	07/11/2000	06/11/2005	Serviços de Call Center - SP	LEBRE INFORMÁTICA
20/2000	16/11/2000	15/11/2005	Fornecimento de bilhetes - passagens	EUREXPRESS TRAVEL LTDA
25/2000	26/12/2000	26/12/2005	Serviços de postais e telemáticos -ANS/RJ	EBCT- EMP. BRASILEIRA CORREIOS E TELEGRAFOS
26/2000	26/12/2000	26/12/2005	Serviços de coleta, transporte e entrega de correspondência agrupada - ANS/RJ	EBCT- EMP. BRASILEIRA CORREIOS E TELEGRAFOS
02/2001	29/01/2001	28/01/2005	Serviço de Telefonia	EMBRATEL- EMP. BRASIL. DE TELECOMUNICAÇÕES S/A
06/2001	09/04/2001	08/04/2005	Apoio Administrativo - ANS-/RJ	FBS- FUNDAÇÃO BENÇÃOS DO SENHOR
07/2001	09/04/2001	08/04/2005	Apoio Administrativo - ANS-/SP	PERSONAL SERVICE REC. HUM. E ASSES. EMPRES. LTDA
08/2001	09/04/2001	08/04/2005	Apoio Administrativo - ANS-/DF	HOPE CONSULTORIA DE RECURSOS HUMANOS LTDA
19/2001	31/07/2001	29/07/2005	Serviços de desenvolvimento de sistemas - Fábrica de Software	CTIS INFORMÁTICA LTDA
27/2001	01/10/2001	30/09/2005	Locação de imóvel ANS-SP / 5º andar	SALIBA PARTICIPAÇÕES S/A

RELAÇÃO DE CONTRATOS QUE VIGORARAM EM 2004 (cont...)

Contrato	Vigência início	Vigência Fim	Objeto	Contratada
38/2001	21/12/2001	20/12/2006	Serviços de coleta, transporte e entrega de correspondência agrupada - ANS/DF	EBCT- EMP. BRASILEIRA CORREIOS E TELEGRAFOS
40/2001	21/12/2001	20/12/2006	Serviços de coleta, transporte e entrega de correspondência agrupada - ANS/PARA	EBCT- EMP. BRASILEIRA CORREIOS E TELEGRAFOS
42/2001	21/12/2001	20/12/2006	Serviços de coleta, transporte e entrega de correspondência agrupada - ANS/SP	EBCT- EMP. BRASILEIRA CORREIOS E TELEGRAFOS
43/2001	28/12/2001	27/12/2006	Serviços de postais e telemáticos -ANS/PR	EBCT- EMP. BRASILEIRA CORREIOS E TELEGRAFOS
46/2001	28/12/2001	27/12/2006	Serviços de postais e telemáticos -ANS/PE	EBCT- EMP. BRASILEIRA CORREIOS E TELEGRAFOS
47/2001	28/12/2001	27/12/2006	Serviços de postais e telemáticos -ANS/GO	EBCT- EMP. BRASILEIRA CORREIOS E TELEGRAFOS
51/2001	28/12/2001	27/12/2006	Serviços de postais e telemáticos -ANS/MS	EBCT- EMP. BRASILEIRA CORREIOS E TELEGRAFOS
54/2001	28/12/2001	27/12/2006	Serviços de postais e telemáticos -ANS/AL	EBCT- EMP. BRASILEIRA CORREIOS E TELEGRAFOS
55/2001	28/12/2001	27/12/2006	Serviços de postais e telemáticos -ANS/PB	EBCT- EMP. BRASILEIRA CORREIOS E TELEGRAFOS
56/2001	28/12/2001	27/12/2006	Serviços de postais e telemáticos -ANS/RR	EBCT- EMP. BRASILEIRA CORREIOS E TELEGRAFOS
60/2001	28/12/2001	27/12/2006	Serviços de postais e telemáticos -ANS/BA	EBCT- EMP. BRASILEIRA CORREIOS E TELEGRAFOS
61/2001	28/12/2001	27/12/2006	Serviços de postais e telemáticos -ANS/CE	EBCT- EMP. BRASILEIRA CORREIOS E TELEGRAFOS
62/2001	28/12/2001	27/12/2006	Serviços de postais e telemáticos -ANS/DF	EBCT- EMP. BRASILEIRA CORREIOS E TELEGRAFOS
63/2001	28/12/2001	27/12/2006	Serviços de postais e telemáticos -ANS/MG	EBCT- EMP. BRASILEIRA CORREIOS E TELEGRAFOS
64/2001	28/12/2001	27/12/2006	Serviços de postais e telemáticos -ANS/SP	EBCT- EMP. BRASILEIRA CORREIOS E TELEGRAFOS
65/2001	28/12/2001	27/12/2006	Serviços de postais e telemáticos -ANS/RS	EBCT- EMP. BRASILEIRA CORREIOS E TELEGRAFOS
66/2001	28/12/2001	27/12/2006	Serviços de postais e telemáticos -ANS/PA	EBCT- EMP. BRASILEIRA CORREIOS E TELEGRAFOS
01/2002	24/01/2002	23/01/2004	Telefonia Fixa e Móvel - DDD	TELEMAR NORTE LESTE S/A

RELAÇÃO DE CONTRATOS QUE VIGORARAM EM 2004 (cont...)

Contrato	Vigência início	Vigência Fim	Objeto	Contratada
02/2002	25/01/2002	24/07/2004	Serviço de transmissão de dados p/ acesso a extranet	REDE DE TELECOMUNICAÇÕES P/ O MERCADO LTDA
09/2002	18/04/2002	17/04/2005	Serviços de Publicação no Diário Oficial	IMPrensa NACIONAL
12/2002	05/04/2002	04/04/2006	Acesso ao SISBACEN	BANCO DO BRASIL S/A
13/2002	18/04/2002	16/04/2005	Serviços de Publicidade	DOCTOR BRAIN PROPAGANDA LTDA
14/2002	30/04/2002	29/04/2005	Serviços de Reprografia	ULTRAPEL COMÉRCIO DE MAT. ESCRITÓRIO LTDA
15/2002	14/05/2002	12/05/2005	Locação de veículos p/ ANS-RJ, SP e DF	HGS- LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA
19/2002	14/06/2002	13/06/2004	telefonia Fixa e Móvel	TELESP- TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S.A
24/2002	22/07/2002	21/07/2005	Rede Corporativa	SERPRO- SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAM. DE DADOS
25/2002	25/07/2002	24/07/2004	Licença de uso de software	SAS INSTITUTE BRASIL LTDA
29/2002	13/09/2002	31/03/2004	Vigilância para ANS/DF	SANTA HELENA VIGILÂNCIA LTDA
30/2002	17/10/2002	16/10/2005	Telefonia para aparelhos fixos e móveis, ligações nacionais e internacionais	TELESP- TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S.A
31/2002	21/10/2002	20/10/2005	Telefonia para fixos e móveis DDD p/ ANS-RJ	TELEMAR NORTE LESTE S/A
32/2002	21/10/2002	20/10/2004	Telefonia p/ aparelhos fixos/móveis e internacionais	EMBRATEL- EMP. BRASIL. DE TELECOMUNICAÇÕES S/A
33/2002	21/10/2002	20/10/2005	Telefonia p/ aparelhos móveis, ligações nacionais inter-regionais DDD	EMBRATEL- EMP. BRASIL. DE TELECOMUNICAÇÕES S/A
01/2003	31/01/2003	30/01/2005	Serviços de Guarda de Documentos	AGM- ARMAZÉNS GERAIS MURUNDÚ S/A
03/2003	31/01/2003	30/01/2005	Transporte Terrestre de mobiliário residencial	TRANSANDRADE MUDANÇAS E LOCAÇÕES LTDA
04/2003	29/01/2003	28/01/2004	Fornecimento de Clipping Digital e mídia impressa	VÍDEO CLIPPING PRODUÇÕES LTDA
05/2003	12/02/2003	11/02/2005	Telefonia apar. fixos e móveis DDD ANS-DF	EMBRATEL- EMP. BRASIL. DE TELECOMUNICAÇÕES S/A
06/2003	12/02/2003	11/02/2005	Telefonia apar. fixos e móveis DDD ANS-DF	BRASIL TELECOM S.A
07/2003	28/02/2003	27/02/2005	licença de uso de dos programas Oracle	ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA
08/2003	12/03/2003	11/03/2006	Aluguel de imóvel p/ ANS-PR Curitiba	JOAQUIM & KONDO LTDA
09/2003	13/03/2003	12/03/2006	Aluguel de imóvel p/ ANS-MG Belo Horizonte	ALCA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA

RELAÇÃO DE CONTRATOS QUE VIGORARAM EM 2004 (cont...)

Contrato	Vigência início	Vigência Fim	Objeto	Contratada
21/2003	30/05/2003	29/05/2004	Serviços técnico-especializados / Processo Seletivo	FUB- UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
22/2003	30/05/2003	30/05/2005	Serviços de Vigilância ANS-SP	MONTREAL SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA
23/2003	30/05/2003	27/05/2005	Serviços em medicina do trabalho e saúde ocupacional	JHM CONSULTORIA E SERVIÇOS EM SAÚDE S/C LTDA
24/2003	30/05/2003	24/05/2005	Serviços especializados na área de informática p/ projetos especiais em tecnologia da informação	CTIS INFORMÁTICA LTDA
25/2003	02/06/2003	01/06/2006	Locação de imóvel p/ ANS-BA	ISABELLA ALONSO ALVAREZ
26/2003	02/06/2003	01/06/2006	Locação de imóvel p/ ANS-BA	LUIS ANGEL VASQUEZ LOPEZ
27/2003	24/06/2003	23/06/2004	Licenciamento de uso de Software	BORLAND LATIN AMÉRICA LTDA
28/2003	01/07/2003	30/06/2005	Locação de imóvel p/ ANS-PA	LUIZ GUILHERME MACHADO DE CARVALHO
29/2003	01/07/2003	07/07/2005	Telefonia p/ aparelhos fixos e móveis ANS-DF	BRASIL TELECOM S.A
30/2003	08/07/2003	07/07/2006	Locação de imóvel p/ ANS-RS	COMPANHIA PROVÍNCIA DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO
31/2003	22/07/2003	21/07/2005	Apoio Administrativo ANS-SP	FBS- FUNDAÇÃO BENÇÃOS DO SENHOR
32/2003	22/07/2003	21/07/2005	Apoio Administrativo ANS-RJ	FBS- FUNDAÇÃO BENÇÃOS DO SENHOR
33/2003	22/07/2003	21/07/2005	Apoio Administrativo ANS-RS	IBROWSE CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA
34/2003	22/07/2003	21/07/2005	Apoio Administrativo ANS-CE	CACTUS LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA LTDA
35/2003	22/07/2003	21/07/2005	Apoio Administrativo ANS-BA	FBS- FUNDAÇÃO BENÇÃOS DO SENHOR
36/2003	22/07/2003	21/07/2005	Apoio Administrativo ANS-PA	CACTUS LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA LTDA
37/2003	22/07/2003	21/07/2005	Apoio Administrativo ANS-MG	FBS- FUNDAÇÃO BENÇÃOS DO SENHOR
38/2003	22/07/2003	21/09/2004	Apoio Administrativo ANS-DF	PATRIMONIAL SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA
39/2003	22/07/2003	21/09/2004	Apoio Administrativo ANS-PR	PATRIMONIAL SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA
40/2003	22/07/2003	21/07/2005	Apoio Administrativo ANS-PE	FBS- FUNDAÇÃO BENÇÃOS DO SENHOR
41/2003	17/07/2003	16/07/2004	Fornecimento de 4 planos de upgrade p/ software	AKER CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA
42/2003	31/07/2003	31/12/2005	Serviços de Distribuição de Publicidade Legal	RADIOBRÁS- EMPRESA BRASIL. COMUNIC.
43/2003	08/08/2003	08/08/2006	Locação de imóvel para ANS-DF	MONTALVO ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA
44/2003	08/08/2003	07/04/2005	Serviços de Limpeza e Conservação ANS-DF	FAMA COMÉRCIO E SERVIÇOS TÉCNICO ESPEC. LTDA
45/2003	08/08/2003	07/04/2005	Serviços de Copeiragem para ANS-DF	SERVEGEL APOIO ADMIN. SUPORTE OPERACIONAL LTDA

RELAÇÃO DE CONTRATOS QUE VIGORARAM EM 2004 (cont...)

Contrato	Vigência início	Vigência Fim	Objeto	Contratada
48/2003	05/09/2003	04/09/2004	Fornecimento de Licenças de software p/ análise e monitoramento	QUEST SOFTWARE LTDA
49/2003	11/09/2003	10/09/2005	Telefonia para ANS-SP	TELESP- TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S.A
50/2003	29/09/2003	26/03/2004	Copeiragem ANS-RJ	NOVA RIO SERVIÇOS GERAIS LTDA
51/2003	13/12/2003	12/12/2004	Serviços de Pesquisa e desenvolvimento do Manual Organizac. e Procedimentos da ANS	INSTITUTO UNIEMP
52/2003	15/10/2003	14/10/2004	Serviço Telefônico Fixo Comutado	EMBRATEL- EMP. BRASIL. DE TELECOMUNICAÇÕES S/A
01/2004	23/01/2004	22/01/2005	Telefonia Fixo Comutado - STFC-RJ	TELEMAR NORTE LESTE
02/2004	30/01/2004	29/01/2005	Serviços de Clipagem	VÍDEO CLIPPING PRODUÇÕES LTDA
03/2004	29/01/2004	28/01/2005	Fornecimento Software antivírus Symantec	ALLEN RIO SERV. COM. PROD. INF.
04/2004	30/01/2004	29/01/2005	Manutenção de hardware e software- AlphaServer	HEWLETT-PACKARD BRASIL LTDA
05/2004	16/02/2004	15/08/2004	Locação de área-RJ	SBS PARTICIPAÇÕES EMPREEND.
06/2004	19/02/2004	19/02/2005	Serviço Telefonico Móvel Pessoal - Celulares	TNL PCS S.A
07/2004	05/03/2004	04/03/2005	Serv. Manutenção nas centrais telefônicas Siemens	SIEMENS LTDA
08/2004	11/03/2004	10/03/2005	Locação de veículos para NURAF'S	VR TRANSPORTES
09/2004	08/03/2004	07/03/2005	Locação Imóvel DF	EDITORA BRASÍLIA JURÍDICA
10/2004	25/03/2004	24/03/2006	Curso de pós-graduação p/ 2 servidores	IBMEC EDUCACIONAL S.A .
11/2004	23/03/2004	23/03/2005	Copeiragem com fornecimento de material Nuraf/SP	TRAFFIC SERVIÇOS ESPECIALIZADOS
12/2004	23/03/2004	23/03/2005	Limpeza e Conservação Nuraf/SP	JOTABÊ SERVIÇOS TÉCNICOS ESPEC.
13/2004	29/03/2004	26/06/2004	Reforma Nuraf Ceará	ESCARPA ENGENHARIA LTDA
14/2004	29/03/2004	07/04/2004	Serviço de Copeiragem ANS-RJ	NOVA RIO SERVIÇOS GERAIS LTDA
15/2004	31/03/2004	30/03/2005	Coleta, transporte e entrega de carga fracionada, como mobiliários, equip., materiais, doc. para Nuraf's	CONFIANÇA MUDANÇAS TRANSP. LTDA
16/2004	01/04/2004	31/03/2005	Vigilância desarmada de Brasília	MIB - SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA

RELAÇÃO DE CONTRATOS QUE VIGORARAM EM 2004 (cont...)

Contrato	Vigência início	Vigência Fim	Objeto	Contratada
17/2004	15/04/2004	14/04/2007	Locação de parte do 3º e 5º andar - imóvel ANS-RJ	PROVÍNCIA CARMELITANA DE SANTO ELIAS
18/2004	28/04/2004	27/04/2005	Copeiragem com insumos para RJ	SUPRIR ALIMENTAÇÃO LTDA
19/2004	20/07/2004	19/07/2007	Locação de Imóvel Recife	JADAN EMPREENDIMENTOS
20/2004	19/05/2004	18/05/2005	Serviços de Reprografia ANS-DF	ULTRAPEL COMÉRCIO MAT. ESC. LTDA
22/2004	26/07/2004	25/07/2007	Unidade de fita Back Up	KAPX COMERCIO E SERVIÇOS LTDA
23/2004	20/07/2004	19/07/2005	Telefonia Movei VC2 e VC3	EMBRATEL - EMP. BRAS. TELEC. S.A
24/2004	12/07/2004	11/07/2005	Telefonia Fixo Comutado - STFC-RJ	EMBRATEL - EMP. BRAS. TELEC. S.A
26/2004	26/08/2004	25/02/2004	Reforma do Nuraf/DF	CONSTRUTORA REFORMIL
27/2004	31/08/2004	30/08/2007	Aquisição de 274 Microcomputadores	LTA - RH
28/2004	08/09/2004	31/12/2004	Serviço de hotelaria para a realização de treinamento de técnicos e fiscais da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS	SERRANA CENTER PROMOÇÕES e EVENTOS LTDA
29/2004	14/09/2004	31/12/2004	Aquisição e Instalação de Luminárias	TINTAN ARQUITETURA E ENG. LTDA
30/2004	30/09/2004	29/09/2005	Locação de sala com infra-estrutura necessária para realização de eventos de capacitação.	BUSSINESS QUALITY LTDA
31/2004	01/10/2004	31/12/2004	Apoio Administrativo para Nuraf/DF	FUNDAÇÃO BENÇÃOS DO SENHOR
32/2004	01/10/2004	31/12/2004	Apoio Administrativo para Nuraf/PR	FUNDAÇÃO BENÇÃOS DO SENHOR
34/2004	30/11/2004	29/11/2005	Renovação do licenciamento de uso de 25 Soluções SAS	SAS INSTITUTE BRASIL
35/2004	13/12/2004	12/12/2009	Fornecimento e Instalação de Divisórias	BRADIV INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
36/2004	15/12/2004	14/12/2005	Serviço de telefonia comutada para ap. fixos e móveis para ligações de longa distância internacional (LDI) - ANS/RJ	TNL PCS S.A
37/2004	16/12/2004	15/12/2005	Organização e realização de concurso público para ANS, totalizando 310 cargos.	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - FUB

RELAÇÃO DE CONTRATOS QUE VIGORARAM EM 2004 (cont...)

Contrato	Vigência início	Vigência Fim	Objeto	Contratada
38/2004	22/12/2004	21/12/2009	Aquisição e Instalação de Mobiliário	MOD LINE SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA
39/2004	22/12/2004	21/12/2009	Aquisição e Instalação de Mobiliário	FISA COMERCIO DE MÓVEIS E REPRESENTAÇÕES LTDA
40/2004	22/12/2004	21/12/2009	Aquisição e Instalação de Mobiliário	MODILAC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA
41/2004	22/12/2004	21/12/2009	Aquisição e Instalação de Mobiliário	ITALIA OFFICE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA
42/2004	22/12/2004	21/12/2009	Aquisição e Instalação de Mobiliário	CADERODE MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO LTDA
43/2004	10/01/2005	09/01/2010	Fornecimento e instalação de Sistema de ar Condicionado e Exaustão Mecânica para o Núcleo Regional de Atendimento e Fiscalização de Brasília – NURAF/DF	GOTHERM ENGENHARIA TÉRMICA LTDA

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na execução do Programa de Saúde Suplementar, que tem suas ações voltadas à regulamentação e fiscalização das operadoras de planos e seguros privados de assistência à saúde, a ANS contou com seis ações finalísticas. Dessas, três tinham unidades de medida físicas especificadas:

1 - Na ação de Fiscalização e Monitoramento das Operadoras de Planos de Saúde, o total de fiscalizações em 2004 superou em 47,7% a meta estabelecida, e apresentou um crescimento de 21% em relação ao ano de 2003. É importante ressaltar que das 14.623 fiscalizações efetuadas em 2004, 14.162 se referiam a fiscalizações reativas realizadas a partir de 16.619 denúncias, recebidas na sua maioria, por meio do Disque ANS – Central 0800.

Oitenta e cinco por cento das denúncias recebidas no ano de 2004 foram apuradas ainda dentro do ano, muito embora cerca de 2.500 denúncias tenham sido recebidas nos dois últimos meses de 2004. O bom desempenho da ANS nesse outro indicador – grau de apuração de denúncias, incluído no Contrato de Gestão para 2004 - aumenta a confiabilidade na ação da ANS e a sua credibilidade institucional, atendendo a uma das diretrizes estratégicas para a gestão da ANS constantes do Contrato de Gestão 2002-2004. Adicionalmente, o coeficiente de denúncias de segurados atingiu 0,43 denúncia por 1000 segurados, mantendo o crescimento registrado nos últimos anos (0,31/1000 em 2003) e parece refletir diretamente a ampliação dos canais de atendimento ao consumidor.

No âmbito do “Programa Olho Vivo”, um modelo inovador de ação fiscalizadora, foram realizadas 207 fiscalizações pró-ativas, que consistem em ações sistemáticas e planejadas junto às operadoras para verificar o cumprimento das disposições legais para o setor, e que atingiram 83% da meta estabelecida, acima portanto do índice de certificação de cumprimento da meta do Contrato de Gestão/2004.

2 - A ação de Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação, essencial para o bom desempenho em relação ao Programa de Saúde Suplementar e ao Contrato de Gestão, envolveu 673 funcionários treinados em 18.029 horas de treinamento, indicadores que superaram as metas em 49% e 67%, respectivamente.

3 - A ação de Implantação de Sistema do Ressarcimento, que visa reembolsar o Sistema Único de Saúde (SUS) pelos serviços prestados aos beneficiários de plano de saúde, resultou na implantação de 25 sistemas, atingindo a meta física estabelecida.

Dois indicadores de desempenho relacionados ao ressarcimento, constantes do Contrato de Gestão 2002-2004, o Grau de Ressarcimento ao SUS I (relação entre as quantidades de Avisos de Beneficiários Identificados – ABIs recebidos e cobrados) e Grau de Ressarcimento ao SUS II (relação entre as quantidades de ABIs analisados e identificados), tiveram suas metas cumpridas no período, permitindo à ANS atender à diretriz estratégica de promover a integração do Setor de Saúde Suplementar com o Setor Público de Saúde.

As demais ações finalísticas do PPA possuem unidades de medida financeiras e assim se apresentaram:

4 - Na ação Concessão de Empréstimos para Liquidação de Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde (Lei nº 9.961, de 2000), foram beneficiadas 47 operadoras, número equivalente a 51% do registrado em 2003. O volume de recursos utilizados atingiu R\$2.245.461,00 (56,1%) de uma previsão de concessões de R\$ 4 milhões.

5 - Em Gestão e Administração de Programa – que visa construir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa - foram considerados/utilizados R\$ 60,1 milhões (99,0 %) de uma meta de R\$ 60,8 milhões.

6 - Na ação Publicidade de Utilidade Pública, que visa conscientizar a população sobre seus direitos, por meio de pesquisas de opinião, campanhas e ações publicitárias de interesse do Governo, foram utilizados R\$236 mil (13,1%) para uma estimativa de R\$1,8 milhão.

Além das ações finalísticas acima mencionadas, a execução do Programa de Saúde Suplementar buscou atender a diversos *indicadores* de referência, a saber:

1 - A taxa de operadoras fiscalizadas, ou seja, a relação entre o número de operadoras fiscalizadas e o total de operadoras com registro definitivo na ANS, atingiu a meta de 55% o que representou um ligeiro aumento em relação a 2003 (52%).

2 - O coeficiente de denúncias de segurados, mencionado acima.

3 - O grau de proteção dos beneficiários obtidos pelas garantias financeiras, que indica a porcentagem de operadoras com garantias constituídas para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, e que atingiu a meta estipulada de 77%, situando-se acima do resultado de 2003 (75%).

4 - A taxa de produtos registrados, que indica a migração de registro provisório de produtos para registro definitivo de produtos e reflete o desenvolvimento de ações voltadas à revisão, adequação e aperfeiçoamento da regulamentação para registro de planos de saúde, correspondeu a 45 produtos com registro definitivo no ano, contra a meta estipulada de 8 produtos.

5 - A taxa de registro definitivo de operadoras, que indica a implantação da regulamentação vigente sobre a concessão de autorização de funcionamento das operadoras de planos privados de assistência suplementar à saúde, atingiu 40% ao final de 2004.

Na execução do Contrato de Gestão 2002-2004 foram cumpridas satisfatoriamente 80% das 15 metas estabelecidas para os 3 indicadores de regulação, 7 indicadores operacionais e 5 indicadores de infra-estrutura.

Entre os três indicadores que superaram a meta anual encontram-se a capacitação do quadro de pessoal (mencionada acima) e a taxa anual de migração de planos antigos para planos novos. Ocorreram no período significativas adesões de beneficiários de planos antigos ao Programa de Incentivo à Adaptação de Contratos e, ao final do ano, 54% dos participantes de planos de saúde já haviam migrado para planos novos, um índice 20% superior à meta para o ano de 2004.

Em 2004, também foram implantados 4 núcleos regionais nos estados da Bahia, Rio Grande do Sul, Pará e Ceará, uma meta cumprida e que amplia e aprimora a capacidade de atuação da ANS no território brasileiro.

Um indicador de desempenho também importante, a porcentagem de operadoras adotando contabilidade padrão, incluído no Contrato de Gestão, atingiu 80% do total de operadoras ativas. Esse indicador, que avalia o cumprimento dos critérios, procedimentos e normas contábeis constantes do Plano de Contas Padrão da ANS pelas operadoras ativas, inclusive as que têm registro provisório, facilita a análise dos resultados das operadoras e aumenta a possibilidade de identificação de eventuais distorções.